



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

“ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: A REUTILIZAÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES”

AUTORA: HELENA MARIA CAMPOS FERREIRA

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ALICE DONAT TRINDADE

**RELATÓRIO PROFISSIONAL PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE
EM MPA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**

LISBOA

2012

Resumo

O sistema de reutilização de manuais escolares devia ser percecionado como fazendo parte integrante do sistema educativo português, com legislação própria e estrutura organizacional bem consolidada. Se assim fosse, o país, através do seu sistema educativo, lucraria em todos os campos: no campo pedagógico, porque os alunos teriam uma consciência dos valores de partilha, solidariedade e de cidadania; no campo económico, porque os encarregados de educação veriam o seu pecúlio mais valorizado, uma vez que os gastos a ter com os seus educandos seriam substancialmente mais reduzidos; no campo social, porque as diferenças sociais/económicas seriam, por certo, bem mais esbatidas, dentro da escola que o aluno frequenta, e esta seria uma atitude a transferir para fora dos muros da escola; no campo político, porque o país demonstraria, pelos seus políticos, a obrigatoriedade que tem em ter de proteger, cuidar e zelar pelos interesses dos seus cidadãos e eleitores.

O sistema de reutilização de manuais escolares pode ser um bom indicador e revelador do estado de uma nação em todas as suas vertentes. Para isso, bastaria envolver um qualquer paradigma de reutilização de manuais nas áreas das Ciências Sociais e Ciências da Educação e verificar as suas implicações no mundo da Sociologia e Psicologia.

Palavras chave:

Reutilização de manuais escolares; equidade social; solidariedade; cidadania.

Abstract

The procedure of the reuse of school books should be approached as being part of the Portuguese Educational System, with its own legislation and a well-structured organization. This way, the country, through its Educational System, would benefit in all fields: in the pedagogical field, as every student would be aware of the importance of sharing, solidarity and citizenship; in the financial field, since parents would see their savings more valued as their children's expenses would decrease significantly; in the social field, as the social/economic differences would become more unclear inside the school the student is attending and this would be an attitude to be transferred outside the school walls; in the political field, because through its politicians the country would demonstrate its obligation to protect and care about the citizens and voters' interests.

The procedure of the reuse of school books can be a good way to check the state of the nation in all its aspects. In order to achieve that aim it would be important to evolve any paradigm of the reuse of school materials in the fields of the Social Sciences as well as in the Educational Sciences and check its implications in areas such as Sociology and Psychology.

Key words:

School books reuse; social equity; solidarity; citizenship

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é dirigido à minha orientadora, Professora Alice Donat Trindade, pelo seu profissionalismo na orientação do trabalho, pela colaboração constante, pela disponibilidade, amabilidade e pelo seu humanismo e sentido humanitário.

O segundo agradecimento é direcionado aos diretores das escolas agrupadas e não agrupadas, em particular ao diretor da minha escola que me prestou todo o apoio que lhe foi possível, e à diretora da escola com contrato de associação. Também quero manifestar a minha gratidão ao funcionário do SASE, Sr. Manuel Rolo, pela sua preciosa ajuda. Sem as suas colaborações, este trabalho de investigação não teria existência.

O meu terceiro agradecimento vai direto para o colega João de quem obtive a preciosa ajuda informática.

Quero prestar o meu reconhecimento às minhas amigas Zélia e Paula, pelo apoio dado.

Agradecimentos especiais ao meu marido, pela sua compreensão, pela sua constante amizade, pelo seu incomensurável apoio, pelo companheirismo manifestado na realização do meu trabalho, pela sua enorme ajuda nas tarefas domésticas, pela sua paciência em ter de passar fins de semana em casa a ver-me trabalhar, e à minha mãe, irmã e sobrinhos que me apoiaram, incentivaram e ajudaram (obrigada, Ana!) a passar a ponte para a outra margem.

Finalmente, ao meu pai. Obrigada, pai, pelo teu sorriso quando recebeste a notícia do meu mestrado e que eu guardo no meu coração. Onde quer que estejas, muito obrigada!

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos.....	iii
Índice.....	iv
Introdução.....	v
Definição de Termos.....	vii
1. Objeto da Investigação	1
1.1. Problema de investigação	1
1.2. Justificação do estudo	1
1.3. Questões ou hipóteses de investigação	2
1.4. Objetivos da Investigação	2
1.5. Metodologia de Investigação	3
1.6. Limitações do Estudo	9
2. Revisão da literatura (enquadramento teórico e estado da arte relativo ao tema de investigação)	10
3. Procedimentos	13
3.1. Descrição do plano de investigação	13
3.2. Explicitação da população em estudo e do processo de amostragem	14
3.3. Descrição das técnicas e dos instrumentos utilizados para recolha de dados ..	15
3.4. Explicação das atividades desenvolvidas	17
3.5. Discussão da validade interna.....	24
3.6. Dados Financeiros	28
3.7. Discussão e justificação da análise efectuada dos dados	33
4. Resultados.....	33
4.1. Descrição dos resultados relativos a cada uma das questões ou hipóteses.....	33
5. Conclusões	35
5.1. Discussão à luz da teoria, das implicações dos resultados e seu significado	35
5.2. Sugestões para futuros trabalhos de investigação	37
Bibliografia	40
Outras referências:	43
Anexos	44

Introdução

Se uma das grandes preocupações do Homem do século XXI é, efetivamente, saber viver com qualidade, ter o seu bem estar, ter acesso a um conjunto de ferramentas e mecanismos, de preferência ecológicos, e, se possível, a custos reduzidos, que o tornem, essencialmente, num ser feliz, então, o homem, numa atitude de reflexão da realidade envolvente, tem de avaliar a sua postura para gerar mudança nos seus comportamentos, consciencializando-se de que a sua qualidade de vida, ou a falta dela, é o reflexo das suas ações.

É neste contexto que surge o assunto tratado neste trabalho: escolaridade obrigatória: a reutilização dos manuais escolares.

O motivo que presidiu ao tratamento deste tema foi o facto de verificar que, ao longo de três décadas de prática letiva, a cada atualização de manual escolar correspondia, e continua a corresponder, a um enorme desperdício, primeiro de tempo, pois o manual tinha um período de vida muito curto e era constante a mudança do mesmo; depois, de papel, já que as editoras e livrarias, na tentativa de verem o seu manual a ser o eleito pelos professores, apresentavam (e apresentam) dois, e por vezes, três projetos de manuais escolares, acabando, na sua maioria, por não ser nenhum o selecionado; e de custos, porque os pais e encarregados de educação veem-se compelidos a adquirir os manuais para os seus educandos, já que aqueles são recursos/ferramentas fundamentais para a aquisição e consolidação de conhecimentos dos seus educandos.

Ora, o somatório de todas estas parcelas é igual a custos e gastos elevados, muito elevados. Quem mais tem consciência deste facto são, naturalmente, os professores que, na fase da seleção do manual têm o fator preço como um elemento decisor da escolha, e os encarregados de educação que, apesar de desabafarem que os manuais têm um custo exorbitante, têm de os adquirir.

Como forma de obviar este problema, a comunidade, consciencializando e assumindo o desejo de uma melhor qualidade de vida, tem-se mobilizado para dar as respostas mais adequadas e para propor as soluções mais exequíveis, que conduzam à implementação do sistema de reutilização de manuais escolares. São as autarquias,

câmaras municipais e juntas de freguesia, as bibliotecas municipais, as paróquias, os pais e encarregados de educação, mais recentemente, e as escolas, obviamente, as entidades que mais se têm empenhado na diminuição do valor das parcelas, de maneira a que o resultado do somatório seja bem menor.

Gera-se a mudança, portanto.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.”
Luís Vaz de Camões, “Sonetos”

Definição de Termos

Neste item, pretende-se essencialmente definir/esclarecer os termos mais usados neste trabalho, de maneira a que haja um melhor entendimento do texto que é produzido. Assim:

Reutilização de manuais escolares - Definir a expressão reutilização de manuais escolares não é, ao contrário do que possa parecer, uma tarefa fácil, na medida em que estes termos, no seu conjunto, têm um significado de alguma forma distinto daquele quando analisados de per si. Eventualmente, não é tão significativo definir o termo reutilização (utilizar de novo), o termo manuais (manuseáveis) e o termo escolares (relativo a escola, estudantes), já que o sentido se adultera, tendo em conta o assunto a abordar neste trabalho, que diz respeito ao ato pedagógico, familiar e social de reutilizar os manuais escolares. Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação, na pessoa da professora Paula Teixeira dá a definição que mais se adequa ao tema em análise, quando pretende definir "...reutilização (dos manuais) como meio para atenuar as despesas do agregado familiar, (...) como um dever social." (Paula Teixeira, 2011).

Este Conselho não aponta, contudo, para um tipo de reutilização de manuais escolares a adotar, pelo que se sentiu a necessidade de deixar aqui registada uma proposta de um modelo de reutilização (mais adiante descrita em pormenor) a ser implementado nas escolas, com o possível aval e regulamentação da entidade governamental, logo, institucionalizada. Esta proposta não invalida todas ações que a sociedade civil queira levar a cabo, no sentido de fomentar e aperfeiçoar este sistema.

Equidade social – Cabe ao Estado ter uma intervenção preponderante na salvaguarda dos interesses dos cidadãos. Essa intervenção distribui-se por várias esferas, concretamente na esfera política, na esfera económica e na esfera social, com o objetivo de garantir os interesses gerais da comunidade, a estabilização e regulamentação da atividade económica e o bem estar de toda a população. Fala-se, então, do bem público. Este bem é indivisível, por ser direcionado a toda comunidade e não reservado apenas para alguns, como os serviços de saúde e educação. Mas também é da competência do Estado zelar pelos bens públicos, ou seja, aqueles bens que podem ser usufruídos por várias pessoas sem que se possa impedir alguém de os usar. (Estado, ppt)

Pelo exposto, infere-se que o Estado tem legislação sobre a equidade social, cuja definição controversa, nas palavras de Manuel Villaverde Cabral (2000:85): "a categoria equidade social continua a beneficiar da intensa exploração empírica que

tem vindo a ser feita por politólogos (Kluegel, 1995; G. Marshall et al., 1997) a partir da obra seminal de John Rawls (Rawls, 1971) e dos trabalhos dos seus seguidores e críticos (Daniels, 1978; Kukathas e Pettit, 1990)”. Ainda assim, corre-se o risco de se definir este conceito de forma simplista, claro, com a ajuda do dicionário Priberam da Língua Portuguesa, como “retidão na maneira de agir, imparcialidade; reconhecimento dos direitos de cada um”. A definição deste termo, assim elaborada, é um bom contextualizador do assunto a abordar, pois o sistema de reutilização de manuais escolares, a ser legislado, está abrangido pelos cenários do bem público e dos bens públicos.

Solidariedade – É um termo muito atual, cada vez mais atual, usado pela Sociologia, com o objetivo de caracterizar os comportamentos de sociedades comunitárias, onde os bens são distribuídos/repartidos para o usufruto comum e todas as ações são conduzidas para o coletivo e cooperação mútua.

Assim concetualizada, a solidariedade é uma prestação de serviços com a característica de reciprocidade para que possa existir. Caso o sentido de reciprocidade não esteja presente, a solidariedade dá lugar ao altruísmo, não se realizando em pleno “como forma de assegurar uma convivência social justa e harmoniosa.”, facto constatado por Platão e referido por Cleber Demetrio Oliveira da Silva (2006:5).

Está, portanto, patente uma relação recíproca do indivíduo que vive em sociedade, “evidenciando-se uma constante tensão entre indivíduo-sociedade, impelindo o indivíduo a agir em prol do próximo” (ibidem), que, de alguma forma, necessita do auxílio e ajuda do outro, da comunidade.

É este comportamento que também se adquire com o sistema de reutilização dos manuais escolares, dentro e fora da comunidade escolar, como adiante se reportará.

Cidadania – Para Jorge Pereira da Silva (2009) o significado de cidadania está demarcadamente conetado a conceitos de carácter jurídico e não tanto a vivências do cidadão comum: “Há-de reconhecer-se, com efeito, que o conceito técnico-jurídico de cidadania – vínculo jurídico pelo qual um indivíduo integra o povo do Estado e acede, por essa via, à titularidade de um conjunto de direito – está longe de explicar toda a carga simbólica e afetiva que a ideia de cidadania ainda possui” (Silva, 2009:21).

Razão pela qual, e na generalidade, o conceito de cidadania está intimamente ligado aos atos eleitorais, aos direitos e deveres dos cidadãos, à separação dos poderes do estado e dos poderes judiciais. Manuel Villaverde Cabral alarga e especifica este conceito quando refere:

- De uma forma geral, as operacionalizações politológicas do conceito de cidadania caracterizam-se por um excessivo grau de «formalismo», isto é, tendem a subordinar a construção dos seus indicadores aos caracteres processuais do regime representativo (Luhmann, 1969), tais como os procedimentos eleitorais, desde a franquia até ao sistema de conversão dos votos em mandatos, e como a separação de poderes, desde o controlo do executivo pelo legislativo até à independência dos tribunais, passando pela imparcialidade dos media. - (Cabral, 2000:85).

Apesar de esta ser uma definição cabal, para o cidadão comum, o conceito de cidadania existe enquanto estando em exercício e tendo, portanto, um rosto, quando, e ainda nas palavras de Manuel Villaverde Cabral (ibidem) “a plena assunção da cidadania política passa, de acordo com as hipóteses da auditoria democrática, por aquilo a que demos o nome de participação associada.” Ou seja, a cidadania põe-se em prática quando os cidadãos se mobilizam, por esta ou aquela razão, para cumprir objetivos previamente propostos. É neste sentido que Manuel Villaverde Cabral (idem) menciona:

- (...) a plena assunção da cidadania política passa, de acordo com as hipóteses da auditoria democrática, por aquilo a que demos o nome de participação associada. Esta corresponde a um processo cívico activo de ressocialização vis-à-vis dos determinismos sociológicos habituais, isto é, dos correlatos imanentes das socializações primária e secundária (família, escola, trabalho, etc.), bem como à aquisição de uma cultura cívica específica (Almond e Verba, 1963).” (Cabral, 2004:94).

Através de ações com carácter voluntário, os cidadãos tendem a constituir diversos e variados “tipos de organizações voluntárias a que declararam pertencer e ao tipo de envolvimento que nelas têm (avaliado pelo eventual desempenho de funções dirigentes nessas organizações da chamada sociedade civil).” (Cabral, 2000: 95).

Traçado que está este cenário, o sistema de reutilização de manuais é também ele próprio um ato de cidadania.

1. Objeto da Investigação

Todos os anos nos confrontamos com a quantidade significativa de manuais escolares necessários para as crianças e jovens em idade escolar e universitária. Todos estes manuais (livros), quando estimados, possuem um enorme potencial de reutilização. (...) O principal objetivo é fomentar uma verdadeira cultura de reutilização em Portugal, uma verdadeira cultura de não desperdício de recursos, uma verdadeira cultura de solidariedade e de respeito pelo meio ambiente."

Miguel António Albuquerque,
da [AVE - Associação Verde Esperança](#)

1.1. Problema de investigação

Esta dissertação apresenta-se na forma de um relatório profissional, reportando um projeto de investigação ação, no âmbito do Mestrado em MPA - Administração Pública – Especialização em Administração Escolar – subordinado ao tema: “Escolaridade obrigatória: a reutilização dos manuais escolares”.

1.2. Justificação do estudo

A problemática a salientar com este trabalho de investigação é evidenciar o panorama da reutilização dos manuais escolares no contexto do ensino obrigatório, refletir sobre os resultados obtidos a partir da análise do resultado de entrevistas levadas a cabo numa determinada área de afetação – agrupamentos de escolas com ensino básico, desde o 1.º ao 9.º ano do escolaridade obrigatória, escolas não agrupadas do ensino secundário regular e profissional, lecionando também o 3.º ciclo do ensino obrigatório (7.º, 8.º e 9.º anos) e escola com contrato de associação, vulgo colégio de ensino particular - do concelho das Caldas da Rainha. Outra área sujeita a este estudo foi um agrupamento de escolas de Peniche: agrupamento Vertical de Escolas de Peniche que tem no seu total 3 escolas, duas que lecionam o 1.º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano) e uma que leciona o 1.º, 2.º e 3.º ciclo, ou seja, desde o 1.º ao 9.º ano.

No âmbito económico-social, este problema reveste-se de alguma pertinência e atualidade, considerando todo um conjunto de restrições económicas que se vivem no

momento presente, impelindo os pais e encarregados de educação a optarem por cenários economicistas. Reutilizar os manuais escolares pode ser não só uma alternativa aos gastos excessivos, e por vezes, supérfluos, em manuais como também ser sinónimo de esbatimento do fosso social, promovendo a equidade. Neste contexto, surge este trabalho de investigação que, a partir da análise de um determinado universo, pretende dar uma possível resposta a este problema.

1.3. Questões ou hipóteses de investigação

De momento, as questões que se impõem são: qual o grau de adesão por parte da população envolvida, direta e/ou indiretamente no paradigma de educação, no sistema/modelo de reutilização dos manuais escolares? É este sistema sinónimo de equidade social e redução de despesas?

1.4. Objetivos da Investigação

Por inerência, uma investigação necessita de um campo de investigação para que a pesquisa se possa efetuar. E este cenário de investigação não pode ser determinado ao acaso, sob pena da perda de tempo e energias. Desta forma, o trabalho do investigador pode incorrer em falácias que retumbam num trabalho menos bem sucedido. Acresce a este item, o facto de o investigador necessitar de ter já bem consolidado na sua mente o assunto que vai ser objeto de estudo/análise. Hermano Carmo (2008) elucida sobre este procedimento, quando afirma: “Do mesmo modo, mergulhar cegamente num processo de recolha de dados sem delimitar minimamente o objecto de estudo resulta numa perda de tempo e energias que reduzem naturalmente as condições objectivas para uma pesquisa bem sucedida.” (Hermano Carmo, 2008:46).

No alinhamento desta orientação, o investigador não pode descorar o que é óbvio: “definição rigorosa mas também clara das intenções” (Hermano Carmo, 2008:47) da sua pesquisa, o mesmo é dizer que a investigação a levar a cabo não terá o seu melhor resultado se não for precedida de objetivos bem definidos, tanto no seu conteúdo como na linguagem e esta deverá ser acessível.

É neste contexto que Selttirtz, Jahoda, Deutch e Cook (1967) citados por Hermano Carmo (2008), identificam três estudos, entre os quais se situam os estudos

exploratórios, em que, através deles, o investigador tem como meta apropriar-se de uma realidade ainda pouco estudada, senão quase desconhecida, pelo que o seu papel é de “levantar hipóteses de entendimento dessa realidade”. Hermano Carmo (2008:49). O valor deste tipo de estudos reside no facto de eles transfigurarem o sentido especulativo que alguns trabalhos de investigação possam ter, por assentarem, fundamentalmente, em dados hipotéticos, funcionando, portanto, como aporte científico com algum peso para outros estudo mais aprofundados.

Ora, dito isto, a presente investigação não é mais do que um estudo exploratório num universo delimitado com os seguintes objetivos: mostrar o cenário real da reutilização dos manuais escolares nas escolas estudadas; identificar o *modus operandi* daquele sistema, no universo estudado; evidenciar as motivações que conduzem a este comportamento.

1.5. Metodologia de Investigação

A prática de investigação escolhida para a elaboração deste estudo foi a investigação ação, na medida em que esta prática de investigação tem como propósito, e no dizer de Germano Carmo (2008), a “aplicabilidade dos resultados e no grau em que estes são generalizáveis à população em estudo” e é, como referem Clara P. Coutinho, Adão Sousa, Anabela Dias, Fátima Bessa, M^a José Ferreira e Sandra Vieira (2009:360), citando Lamax (1990), “uma intervenção na prática profissional com a intenção de proporcionar uma melhoria”. Portanto, através desta metodologia, pode-se identificar uma situação atual, exercer um juízo crítico sobre essa mesma realidade e estabelecer as etapas possíveis, no sentido de a transformar, tal como indicia o sentir filosófico de Jurgen Habermas, referido por Clara P. Coutinho, Adão Sousa, Anabela Dias, Fátima Bessa, M^a José Ferreira e Sandra Vieira (2009), que propõe que toda a investigação deve conter em si uma intenção de mudança, ideia reforçada por Coutinho (2005), e operar na transformação dessa realidade. Esta transformação só terá notoriedade por ser consequência de uma reflexão crítica que conduzirá à ação, à praxis, da qual se pretende que surjam possíveis teorias que não serão mais do que a continuidade da investigação inicial. Assim, a metodologia de investigação ação caracteriza-se por ser um método de pesquisa que tem um ponto de partida, mas que dificilmente terá um ponto de chegada, uma vez que a cada ponto de eventual chegada corresponderá um outro ponto de partida, com o constante devir de “inúmeros problemas para resolver, inúmeras questões para responder, inúmeras incertezas, ou

seja, inúmeras oportunidades para refletir”, citando Clara P. Coutinho, Adão Sousa, Anabela Dias, Fátima Bessa, M^a José Ferreira e Sandra Vieira (2009:358): é a continuidade na e dentro da continuidade, é o “encontrar soluções para os eventuais problemas surgidos, e dessa maneira, (re)orientar as suas práticas no futuro.” (idem:358).

Trata-se, então, a investigação ação, de um estudo em espiral, onde se observa “um conjunto de fases que se desenvolvem de forma contínua (...): planificação, ação, observação (avaliação) e reflexão (teorização).” (idem:366), cujo término não é, ou melhor, é espectral que não seja.

Na perspectiva de Hermano Carmo (2008), a investigação ação tem como finalidade dar soluções a problemas de carácter prático, usando o método científico, pelo que “A investigação é levada a cabo a partir da consideração da situação real”, que não é mais do que “um dado problema para o qual não há soluções baseadas na teoria previamente estabelecida.” (Hermano Carmo, 2008:228).

Nesta metodologia, não se pode esquecer o papel do investigador. É ele quem tem a função de, e numa primeira etapa, pôr sobre a mesa as questões teóricas que advêm do problema identificado e, de seguida, refletir sobre a melhor via de atuação para a fase subsequente, a investigação, no sentido de recolher a informação mais plausível e conducente aos seus propósitos, que o levará a mais reflexão e a construir outros projetos a partir das conclusões tiradas da pesquisa agora supostamente acabada.

Os autores Brown e McIntyre (1981) referidos por Chagas (2005), e citados por Arménio Martins Fernandes (2006), demarcam bem o papel do investigador na metodologia de investigação ação quando escrevem:

- O investigador/actor formula primeiramente princípios especulativos, hipotéticos e gerais em relação aos problemas que foram identificados; a partir destes princípios, podem ser depois produzidas hipóteses quanto à acção que deverá mais provavelmente conduzir, na prática, aos melhoramentos desejados. Essa acção será então experimentada e recolhida a informação correspondente aos seus efeitos; essas informações serão utilizadas para rever as hipóteses preliminares e para identificar uma acção mais apropriada que já reflecta uma modificação dos princípios gerais. A recolha de informação sobre os efeitos desta nova acção poderá gerar hipóteses posteriores e alterações dos princípios, e assim sucessivamente... – (Fernandes, 2006: 72/73).

Esta prática de investigação confere ao investigador um papel de agente transformador da realidade que ele mesmo investiga/estuda. É precisamente este conceito de mudança de uma realidade que “empurra” o investigador para a aquisição e produção de conhecimentos inerentes à transformação, impelindo-o à sua produção, como aponta Joaquim Fernando Pinto Gonçalves da Silva (2002), ao citar Hugon & Seibel, 1988, cit. in Barbier, s.d., pág.46: «transformar a realidade e produzir os conhecimentos que dizem respeito às transformações realizadas». Pode-se, então, concluir que dinâmica e atitude participativa são duas componentes da investigação ação.

Em suma, neste tipo de metodologia – investigação ação -, o objeto em estudo, em análise, adquire o seu relevo se o investigador o olhar de forma questionável e especulativa, para, após a reflexão sobre esse mesmo estudo, o investigador poder catapultar o objeto em análise para outras esferas de pensamento e de investigação. Dir-se-ia que, neste tipo de investigação, se estabelece, entre objeto investigado e investigador, uma relação de interdependência em que um não tem razão de ser, nem tem base para se transmutar (se é que é este o vocábulo mais exato!) para outra dimensão de pesquisa sem que o outro analise e reflita sobre o primeiro. É, portanto, uma relação biunívoca.

Porque se debruça sobre o estudo dos fenómenos humanos/sociais, concretamente nos seus comportamentos humanos, a investigação ação é uma prática de investigação demarcada pelo método qualitativo, já que o investigador, quando recolhe a informação de que necessita para o seu estudo, não prepara o cenário de investigação. O pesquisador vai ao campo de investigação que está na sua forma original, “setting natural”, e é esta a sua fonte direta de obtenção de dados, estuda “as pessoas ou comunidades nas suas falas e comportamentos” (Egberto Ribeiro Turato, 2002:94) de uma maneira muito natural e simples. Denzin e Lincoln, citados por Egberto Ribeiro Turato, esclarecem bem esta dimensão:

- A pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas no seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenómenos em termos que as pessoas lhes trazem – (Turato,2002:94)

Para além do ambiente natural que individualiza este método de pesquisa, Godoy, (1995a, p.62), pelas palavras de José Luís Neves (1996:1), refere, ainda o seu

“caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação de investigador” e por último, “o enfoque indutivo” que contribuem, na sua perspetiva, para a diversidade deste método. Também Manuela Ferreira Malheiro (2008) indica que o “paradigma qualitativo postula uma concepção global fenomenológica, indutiva, estruturalista, subjectiva e orientada para o processo (...)”. (Manuela Ferreira Malheiro, 2008:195).

Em suma, a investigação qualitativa, ao contrário da quantitativa, não postula resultados fixos, rigorosos, controlados, não se centraliza em determinado assunto, (daí o seu estado em processo, logo, dinâmico), tem um caráter holístico, porque faz a defesa de uma análise global e tem uma compreensão geral dos fenómenos, dá atenção às características da subjetividade do indivíduo que vive num meio.

Pelo exposto, infere-se que este paradigma está diretamente relacionado com comportamento do Homem, nas suas vertentes social e cultural, e é o método de eleição das Ciências Sociais, pelos itens supra citados.

É neste contexto que este relatório profissional, que mais não é do que um projeto de investigação ação, subordinado ao tema: “Escarlaridade obrigatória: a reutilização dos manuais escolares”, se insere.

Com este relatório profissional não se almeja mais do que dar visibilidade à urgência da prática de um sistema de reutilização de manuais escolares. Esta premência é por demais evidente: basta pensar na situação económica e social algo ruinosa que o país atravessa. Nunca esta necessidade teve o peso que tem como atualmente. É de registar, com alguma satisfação, que este sistema já está paulatinamente a ser implementado, com maior ou menor grau de legitimação, nas escolas estudadas/observadas.

Para esta investigação, que se quer em processo e não estática e num campo de pesquisa que seja o mais natural, (ou não fosse ela sujeita à prática de investigação a investigação ação e não tivesse como metodologia o método qualitativo), foram consultados e analisados vários documentos, no sentido de enquadrar o tema, a saber: legislação, publicada em Diário da República (concretamente, decretos-lei, despachos e pareceres) relativa ao tema em causa que aconselha as escolas, na figura dos seus diretores, a introduzirem uma orgânica de sistema de empréstimo dos manuais escolares. Devido a protocolos estabelecidos entre o estado (pelo Ministério da Educação e Ciência - MEC) com as editoras livresiras que se dedicam à elaboração e publicação dos manuais escolares, a legislação apenas aconselha o sistema de empréstimo de manuais escolares, não se vinculando à obrigatoriedade dessa prática; documentos diversos oriundos do Conselho Nacional de Educação - CNE, da

Confederação Nacional de Associações de Pais - CONFAP, da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - CNIPE e da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas – APFN que assinalam a urgência da implementação do sistema de reutilização de manuais escolares, confrontados com a atual situação rigorosa a nível económico e social. Contudo, em tempos anteriores, estas entidades já apontavam para a existência deste sistema, desta vez contextualizadas num cenário de equilíbrio da sustentabilidade e equidade social; artigos de jornais da imprensa nacional e regional, manifestando a preocupação dos educadores e encarregados de educação que, no início das atividades letivas dos seus educandos, veem o seu erário demasiado lesado, sistematicamente ano atrás de ano.

Entrando na investigação propriamente dita, as entrevistas (não estruturada e semiestruturada) foram os recursos que corresponderam a outra fase da investigação. Com a primeira, pôde-se verificar que a problemática da reutilização dos manuais escolares ainda é um comportamento, - dir-se-ia, social - muito pouco usual em termos práticos.

A inviabilidade da sua prática reside, essencialmente, na atitude que o poder político tem perante esta situação, demonstrado através da legislação, como já foi dito, mas também através dos Serviço de Ação Social Escolar (SASE) que, pela atribuição de subsídios aos manuais, e também a outros materiais escolares, não consciencializa os encarregados de educação sobre a necessidade da reutilização dos manuais escolares, pois eles “não perguntam sobre esta mesma reutilização”, citando o entrevistado, nem tão pouco incute nos alunos uma atitude de partilha, de solidariedade, consciência cívica e cidadania. Antes pelo contrário, este ato contribui sobremaneira para aquilo que sempre foi hábito: uso do livro próprio – comportamento a alterar, mas que se persiste em alimentar. Um assunto a aprofundar em outras esferas, talvez na da Sociologia, ou na da Psicologia, no âmbito das Ciências Sociais, disciplinas que analisam o indivíduo e as suas motivações pessoais e interpessoais, em ambientes específicos. E esta viagem para outras paragens só é possível, porque se usou como prática de investigação a investigação ação.

Ironicamente, os manuais utilizados por alunos que receberam subsídio não pertencem ao acervo da escola (item referido pelo entrevistado), facto que deveria ser bem pensado, a continuar esta política de subsídios, porque, afinal, aquele(s) manual(is) também pertence(m) à comunidade por via dos impostos que o cidadão paga.

Já na segunda entrevista, a semiestruturada (pela sua característica qualitativa, esta ferramenta de investigação permite obter dados fiáveis e seguros do objeto em

análise. Pode ainda abrir portas a outras investigações pontuais e inerentes ao estudo da própria entrevista), constata-se que o sistema de reutilização de manuais é uma realidade nas escolas com contrato de associação, escolas não agrupadas e agrupamentos de escolas estudados que também lecionam o ensino obrigatório. A vontade de tornar cada vez mais concreto, real e viável este facto está bem visível no processo que cada escola adaptou e organizou para si, onde intervêm professores, alunos e encarregados de educação, em colaboração com as respetivas bibliotecas e centros de recursos, e, num caso particular, com a igreja local, que, naquela comunidade, tem a função de fazer a distribuição dos manuais escolares, entre outros bens de primeira necessidade, para os alunos que não querem, por vergonha, assumir a sua condição social: a pobreza. A igreja, neste caso, tem o papel de dissimular esta situação. Em consonância, toda a participação/colaboração é dirigida a uma maior agilização do fenómeno que se chama reutilização dos manuais. Infere-se daqui, e numa análise sumária, que este sistema, para além de contribuir para uma melhoria da economia de um país, região, localidade, evoca valores como solidariedade, espírito de ajuda, partilha, cidadania e consciencialização da condição do outro, do próximo, valores que foram esquecidos por uma sociedade com educação positivista, e que agora enfrenta “um período de crise, uma etapa de indecisão e até de contradições” (Diogo Maria Matos Polónio, 1997) e que é preciso reabilitar sob pena de a sociedade perecer, por falta da sua existência imaterial. É a educação para a cidadania. E para os valores.

Assim, paradoxalmente, o sistema de reutilização de manuais escolares está intimamente relacionado com educação, numa ótica social/ética, porque, através da sua prática, o homem pode, e deve, educar-se, construindo-se como pessoa, como menciona Maria de Jesus Fonseca (1997), citando Kant: “o homem não pode tornar-se homem senão pela educação. Ele não é senão o que a educação faz dele.” (KANT, 1984:73). Esta construção da personalidade, entendida como moralização, tem de ser percecionada em processo, de braço dado com a mundividência, “em contacto com a prática científica e com todo um conjunto de normas, de obrigações morais e de princípios éticos a ela inerentes, úteis à sociedade em geral.” (Pedro Reis, 2006:160-187). E para se poder por em prática este conceito de utilidade, é imprescindível conhecer a realidade/campo, onde se pretende intervir, e depois elaborar um projeto, realizar um estudo científico, visando a desejável mudança. É aqui que as Ciências da Educação entram, “como um conjunto de abordagens científicas de um real pedagógico.” (Diogo Maria de Matos Polónio, 1997), através da Psicologia, Psicossociologia e a Economia, numa união multidisciplinar, tendo “em comum um

objectivo muito preciso: o estudo das situações e dos factos em educação” (idem), que cooperam em cenários de investigação, sem, no entanto, perderem a sua individualidade e particularidade, mantendo-se intactas, invulneráveis. Pode-se olhar para o sistema de reutilização dos manuais escolares como sinónimo de conhecimento do eu (Psicopsicologia) - a consciencialização da condição do outro -, como sinónimo do conhecimento do eu em sociedade (Psicologia) - dever de cidadania -, e como sinónimo economicista (Economia) na perspetiva da sustentabilidade.

Nesta multidisciplinaridade, os diferentes investigadores lidam com os seus objetos de estudo de modo (in)dependente, apesar de haver um objetivo comum entre eles. Ao contrário, na interdisciplinaridade, os cientistas/investigadores trabalham o projeto em sistema de coordenação uns com ou outros, dando um cariz mais aprofundado e contínuo aos seus trabalhos, pelo que os métodos das diversas áreas têm de ser adaptados. Com este “diálogo” interdisciplinar, surge um outro objetivo que Diogo Maria de Matos Polónio (1997) apelida de “subobjeto para todas elas”. Da interdisciplinaridade, nasceu uma outra disciplina que une as outras que lhe deram “vida”; o mesmo é dizer que nasceu outra investigação, em dialética, em confronto com as outras ciências: “A Ciência da Educação privilegiará, desta forma, o confronto entre paradigmas, sendo a unanimidade sobre o conceito de educação impossível de se concretizar, sem o recurso às ideologias filosóficas e científicas aliadas a ideologias políticas e éticas” (Diogo Maria de Matos Polónio, 1997), de onde se sai mais enriquecido.

Uma ilação a retirar: a Ciência da Educação pressupõe, como prática de investigação, a investigação ação, pelo seu dinamismo e estado processual.

1.6. Limitações do Estudo

As limitações sentidas neste estudo foram essencialmente a quase ausência de literatura sobre reutilização dos manuais escolares que pudesse sustentar, suportar a investigação e até fazer uma análise comparativa do assunto a abordar aquando da conclusão. Contudo, a leitura do relatório do Observatório dos Recursos Educativos (ORE – Observatório dos Recursos Educativos, janeiro de 2011) funcionou com uma mais valia, porque foi um coadjuvante na construção de um cenário mental mais amplo desta realidade. Uma outra limitação vivida, que mais foi um constrangimento, foi a atitude de recusa de um diretor de um agrupamento de escolas em responder à

entrevista (por sinal, o mais numeroso em escolas agrupadas), depois de gentilmente ter dado a sua anuência e mostrado a sua total disponibilidade, quando do contacto prévio. Comportamento a respeitar.

2. Revisão da literatura (enquadramento teórico e estado da arte relativo ao tema de investigação)

Apesar de a informação científica apresentada sob a forma de literatura sobre este assunto ser quase nula, dispomos de um manancial de legislação, que aconselha a utilização do sistema de empréstimo dos manuais escolares, e em documentos avulso oriundos de diversas associações conetadas com a educação (Confederação Nacional de Educação - CNE; Confederação Nacional das Associações de Pais – CONFAP; Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - CNIPE e APFN – Associação Portuguesa de Famílias Numerosas) que manifestam de forma veemente a necessidade da implementação do sistema de reutilização dos manuais escolares e pretendem transmitir/formular mais uma opinião dos seus autores – orientadas para a equidade, solidariedade, responsabilidade bem como para a perspetiva economicista - do que propriamente dar um cunho oficial/ regulamentar a esta situação.

Todavia, o Relatório de Observação dos Recursos Educativos - ORE¹ - trouxe a lume este assunto, pretendendo com isto criar uma discussão fundamentada, apesar da inexistência de “referenciais científicos”, e abrir um debate aberto que envolva as “convicções prévias e do senso comum”.

Para esse fim, procedeu a uma análise sobre esta matéria. (A preocupação deste estudo não se orientou para a reutilização dos manuais escolares, mas sim para a implementação do sistema de empréstimo de manuais escolares). Teve como objetivo abordar “os principais pressupostos, variáveis e consequências inerentes a uma aplicação, no nosso país, do programa em causa em alternativa ao atualmente vigente.” (pág.3) que responsabiliza as famílias pelos encargos dos custos dos manuais, asseverando-se de que o apoio do Serviço de Ação Social Escolar (SASE) seja dado às famílias mais desfavorecidas.

¹ Estudo sobre o impacto pedagógico, económico e cultural da implantação em Portugal de um sistema de empréstimo de manuais escolares” (janeiro de 2011)

Considerando os princípios da equidade e justiça social, este estudo quis também apurar a importância destes fatores nas dimensões pedagógica e cultural por estes estarem intimamente ligadas aos princípios supra referidos, sem esquecer uma sustentada reflexão “sobre a relação entre os custos e os benefícios da eventual adoção de um programa de empréstimo”. (pág.3).

Assim, foram três os itens base para a elaboração deste estudo: i) compilação de algumas conclusões de um estudo sobre a diversidade de sistemas adotados pelas diferentes autonomias do país vizinho, levado a cabo pela Universidade de Santiago de Compostela; ii) investigação prolética e comparada, para o quinquénio vindouro, dos custos que o Estado terá de comportar com o sistema agora em vigor e com o sistema de empréstimo; iii) estruturação dos resultados alusivos ao cenário do mercado livreiro, enquanto produtor e distribuidor.

A opção por Espanha é justificada pelo facto de este país evidenciar uma realidade muito semelhante à realidade portuguesa, em termos culturais e geográficos, demonstrando já uma experiência de acesso generalizado do manual, desde o ano 2000, tentando dar consecução ao princípio da gratuidade do ensino.

Pela sua especificidade autonómica, os investigadores da universidade de S. Tiago de Compostela optaram por abordar o acesso generalizado do manual sob duas vertentes, a saber: ajuda direta e empréstimo, que foram exaustivamente estudados², no sentido de verificar as suas viabilidades, nas seguintes grandezas: custos para os diferentes governos regionais, implicações de carácter social para as famílias, impacto nas editoras e livreiros e consequências pedagógicas.

Em sequência, as regiões autónomas das Astúrias, Cantábria e a Comunidade Valenciana estabeleceram o paradigma da ajuda direta e Castela-La Mancha, Aragão, Andaluzia e Galiza decidiram implementar o sistema de empréstimo. Do ponto de vista pedagógico, e no contexto do sistema por empréstimo, pretendeu-se valorizar a responsabilidade social e o sentimento de partilha, mas o recurso a outras ferramentas de trabalho, como o uso de fotocópias, e a desmotivação pelas atividades escolares fizeram com que o peso deste sistema fosse posto em causa. Por outro lado, no que diz respeito ao padrão ajuda direta, não foi registado qualquer recurso a outros instrumentos pelo que os professores não verificaram quebra da motivação ou desinteresse pelas atividades letivas nos seus alunos.

No ponto de vista social, e considerando que ambas as vertentes tendem a assegurar a gratuidade do manual, o estudo demonstrou que as crianças das famílias

² “Evaluación del Sistema de Gratuidad de Libros de Texto”, Universidade de Santiago de Compostela/Unidade de Psicologia do Consumidor e Usuário, Janeiro-Feveireiro 2008)

mais desfavorecidas, pela sua inerente situação familiar, são as que mais danificam os manuais, logo, os custos caem sobre as suas famílias com o pagamento de cauções e/ou indemnizações, para os quais não têm, na maior parte das vezes, forma de pagamento. Já os alunos oriundos de meios familiares mais favorecidos não são prejudicados, no sistema de empréstimo, porque tendencialmente não estragam os manuais e são reembolsados das respetivas cauções. Uma outra conclusão foi que, e devido ao sistema de autonomia, se registaram diferenças de benefícios entre as famílias. “Isto é, apesar do princípio de acesso gratuito aos livros, as famílias de crianças que usufruem do sistema de empréstimo acabam por gastar quantias muito significativas na aquisição de compêndios.” (pág.4).

No que concerne ao impacto nas editoras e livreiros, as conclusões alcançadas apontam para o regime de empréstimo de manuais ser sinónimo de instabilidade económica, ser gerador de desemprego e de abrir lacunas em eventos culturais e nas inovações/investimentos empresariais.

Já a nível do Estado, aquele regime traz fortes impactos a nível financeiro, pois a adoção dos manuais é feita todos os períodos de quatro anos, e em alguns casos todos os anos, como os manuais de línguas, pelo que o estado tem de comparticipar não só os manuais como “as reposições por danos e perdas”.

Após estas conclusões da realidade espanhola, o ORE fez a transferência para uma possível realidade portuguesa, concluindo que, e considerando o modelo de empréstimo, ele não seria viável, apontando-se várias razões: os custos a suportar pelo Estado aquando do empréstimo e da reposição de manuais (tendo em conta que há sempre falhas nas devoluções) seriam avultados; mais aumentariam esses custos pela constante mudanças de manuais, de quatro em quatro anos (atualmente, este período foi alargado para seis anos), cujo faturamento seria cada vez mais elevado, em nome de “uma acção educativa e eficaz, cujos princípios estão, aliás, claramente previstos nos n.ºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do anexo ao Despacho n.º 15 285-A/2010 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, publicado no *Diário da República* 2.ª série – n.º 196, de 8 de Outubro de 2010.” (pág. 6); todo o processo logístico, enquadrado no SASE (Serviço de Ação Social Escolar), seria mais oneroso, uma vez que se teria de efetuar novo recrutamento de recursos humanos para apoio administrativo, na medida em que o existente não seria o suficiente: “teria de ser criada uma equipa de trabalho com a incumbência de conceber, gerir e executar a complexidade dos respectivos processos de apoio logístico.” (pág. 6); o impacto no mundo livreiro seria desastroso, pois assistir-se-ia a uma recessão e colapso destas empresas portuguesas, porventura dando lugar a empresas editoriais estrangeiras; por último, a ORE, considera que os

manuais escolares são, ainda, nos agregados familiares mais pobres, o único acervo bibliográfico disponível, sendo usados como recurso/fonte cultural.

3. Procedimentos

3.1. Descrição do plano de investigação

Para levar a cabo a presente investigação, foram executadas várias etapas.

Primeiramente, procedeu-se à recolha de informação documental, legislação incluída, referente ao assunto em questão: reutilização dos manuais escolares.

Logo de seguida, impôs-se a leitura e análise dos conteúdos da documentação existente, bem como a reflexão sobre os mesmos, no sentido de obter uma perspetiva crítica sobre o assunto supra referido e ter uma orientação da metodologia a selecionar.

Depois, foi importante a adoção de um método de investigação e o selecionado foi a investigação ação pelo seu caráter de abertura relativamente à investigação, permitindo, assim, que a partir do objeto investigado - reutilização dos manuais escolares na escolaridade obrigatória – se possa(m) iniciar outro(s) percurso(s) de pesquisa em outro(s) contexto(s).

Concluída que foi esta fase, tornou-se premente a aquisição de dados/elementos que permitissem verificar, investigando, a situação da reutilização dos manuais escolares e escolher o campo de investigação – escolas agrupadas e não agrupadas e escolas com contrato de associação da minha área de residência. Para este fim, utilizou-se como técnica de observação os inquéritos por entrevista, nomeadamente a entrevista não estruturada e a entrevista semiestruturada, com a metodologia qualitativa, e procedeu-se à inerente interpretação e análise dos resultados das entrevistas.

Por último, realizaram-se as considerações finais presentes neste trabalho de investigação sob a forma de relatório profissional.

3.2. Explicitação da população em estudo e do processo de amostragem

O universo estudado corresponde aos agrupamentos escolares, a escolas não agrupadas e a um estabelecimento de ensino com contrato de associação, da minha área de residência – Caldas da Rainha – e ainda ao agrupamento Vertical de Escolas de Peniche. A grandeza desta população corresponde a estabelecimentos de ensino que ministram o ensino obrigatório - desde o 1.º ano até ao 9.º ano de escolaridade (é, aliás, o ensino obrigatório que tem o papel de conetar de todos estes estabelecimentos, já que todos eles têm turmas do referido ensino) - embora as escolas não agrupadas e o estabelecimento de ensino com contrato de associação ministrem também o ensino secundário regular e profissional.

Foram, portanto, objeto de investigação 17 escolas, nas pessoas dos seus diretores, num total de 5. Catorze escolas correspondem à grandeza da amostra analisada que se constitui como representativa deste concelho – Caldas da Rainha.

Em termos de população escolar, estima-se que estas 17 escolas, no seu conjunto, albergam entre 5.180 a 5.200 alunos, assim distribuídos: na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, existem 980 alunos; a Escola Secundária Raúl Proença comporta 1200 alunos; já o Colégio Rainha Dona Leonor (estabelecimento de ensino com contrato de associação) contém 1200 alunos; o Agrupamento de Escolas Santo Onofre tem como residentes 1000 alunos; finalmente, ao Agrupamento Vertical de Escolas de Peniche estão afetos 800 alunos. No que à grandeza da amostra diz respeito, a população escolar ronda os 3.000 alunos.

Foi usada a amostragem não probabilística, segundo a técnica amostragem por conveniência, uma vez que para a investigação em causa, a seleção do grupo de indivíduos - que se mostrou disponível para ser entrevistado - para estudo foi meramente intencional e exploratória. Logo, os resultados não podem ser generalizados a todas as escolas do distrito, por exemplo, mas podem funcionar como ótimas informações a serem usadas, com o devido cuidado, em estudos posteriores. Convém manter presente que a relevância da questão é determinar o número de escolas da minha área de residência que exercem a prática da reutilização dos manuais escolares, dentro do sistema da escolaridade obrigatório.

3.3. Descrição das técnicas e dos instrumentos utilizados para recolha de dados

Inquirir é, talvez, o melhor processo para a obtenção de respostas que, depois de analisadas, podem conter dados imprescindíveis para o/um estudo a desenvolver, tendo sempre como pano de fundo a descoberta.

Para levar a cabo este estudo, foi usado o inquérito por entrevista. Foram selecionados dois tipos de entrevistas: a entrevista não estruturada e a entrevista semiestruturada.

Pela sua característica de abertura, a entrevista não estruturada permite que se desenrole uma conversação entre o entrevistador e o entrevistado de forma aparentemente natural e espontânea, através da qual o entrevistador pretende atingir um objetivo, aspeto já apontado por Bringham e Moore, 1924, citados por Cristina Costa, Guida Rocha e Mónica Acúrcio, (2004/2005), quando definiram entrevista: “A entrevista é uma conversa com um objetivo.”, esclarecido por Morgan, em 1988, e citado por Cristina Rocha, Guida Rocha e Mónica Acúrcio, (2004/2005), ao afirmar que a entrevista é “uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (...) dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra”.

O outro tipo de entrevista utilizado foi a entrevista semiestruturada. Quando se enveredou pela realização de uma entrevista como ferramenta de investigação foi com o objetivo de facilitar um entendimento mais profundo e completo da temática a abordar: reutilização dos manuais escolares. A opção pela entrevista semiestruturada reside no facto de ela poder fornecer juízos abalizados, fiáveis e válidos do objeto a avaliar, podendo ser indicador de outros domínios de estudo que vão sendo complementadas por outras questões pontuais e inerentes às circunstâncias da entrevista (Manzini, 1990/1991, p.154), citado por Eduardo José Manzini, oriundos dos dados obtidos daquela investigação caracterizadamente qualitativa, (que, segundo Patton (1990), citado por Hermano Carmo (2008:209), se focaliza “em amostras relativamente pequenas, ou mesmo casos únicos, selecionados intencionalmente.”) já que as suas técnicas de análise são mais sensíveis às “flutuações” e “dinâmicas” naturais do tema em estudo (Thoits, 1995) citado por A. Rui Gomes. (2006:45).

Este tipo de entrevista permite fazer um levantamento de problemáticas sociais e coadjuvar a sua interpretação, como refere Triviños (1987:146), citado por Eduardo José Manzini:

- [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]-
(Manzini,2004:2)

No sentido de enquadrar a entrevista semiestruturada no seu estudo de caso, convém referir que as linhas demarcadoras que sustentam esta entrevista são perceber a realidade reutilização dos manuais escolares na escolaridade obrigatória bem como olhar para este fenómeno na sua vertente economicista e de equidade social. (Anexo 1)

A entrevista recaiu sobre os diretores das escolas do agrupamento de escola da minha área de residência, com três objetivos dominantes:

- i) fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares;
- ii) evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais;
- iii) consciencializar para o princípio de equidade com a reutilização dos manuais escolares.

Como forma de planear a entrevista e para dar cumprimento às metas acima elencadas, foram elaboradas as oito questões que se seguem:

1. Como é que o agrupamento que dirige faz a reutilização manuais escolares?
2. A implementação foi feita no ensino básico e secundário regulares ou no ensino profissional ou em ambos?
3. De acordo com os resultados obtidos com a sua experiência, é evidente a necessidade da reutilização de manuais escolares?
4. Enquanto diretor de agrupamento, teve, obviamente, de gerir o processo de reutilização de manuais escolares. Como foi feita esta gestão?
5. Foi implementado um regulamento nas diferentes escolas para que essa reutilização seja eficaz?
6. Em termos gerais, como funciona o processo de reutilização?
7. Após a caducidade da vigência dos manuais, tem solução para os livros que já não se utilizam mais?
8. Acha que a reutilização dos manuais escolares é sinónimo de economia e equidade social para os alunos da escola que dirige?

A entrevista foi dirigida aos diretores/ coordenadores das escolas do agrupamento de escola da minha área de residência e foi feita através de correio electrónico. O tempo da entrevista não foi contabilizado, devido à natureza do meio de comunicação da mesma, pelo que os entrevistados puderam gerir o tempo de acordo com as suas disponibilidades. Na preparação da entrevista, foram tidos em conta os seguintes

aspectos: i) informar sobre os propósitos do entrevistador; ii) informar sobre os objetivos da entrevista; iii) fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares; iv) evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais; v) consciencializar o princípio de equidade com a reutilização dos manuais escolares.

3.4. Explicação das atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas consistiram na realização das duas entrevistas já mencionadas, a recordar: entrevista não estruturada e entrevista semiestruturada.

No que diz respeito à entrevista não estruturada, ela foi realizada ao responsável pelos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) da escola onde leciono, e utilizada com o intuito de obter informação sobre o papel destes serviços que se reputa de fundamental importância, enquanto agente interveniente neste mecanismo de manuais escolares. Ironicamente, o SASE funciona como um oponente a todo este processo de reutilização de manuais, pois é através destes serviços que os alunos mais carenciados, distribuídos por diferentes escalões, recebem subsídios para, entre outros itens, a compra de manuais escolares. Este facto motiva os alunos para a ideia do manual próprio, não os consciencializando, portanto, para a realidade de que outros poderiam usufruir do manual, após boa utilização.

“Escolaridade obrigatória: a reutilização dos manuais escolares” é o tema base e estruturante desta entrevista. Contudo, foi feita a opção por um subtema, “Tipologia e seriação de subsídios do SASE”, este mais analítico, e, como se verá, intimamente ligado ao grande tema. Teve como objetivo único obter informação sobre os tipos de subsídios que a população escolar carenciada mais solicita.

Após ter sido informado dos meus propósitos, (mestranda em MPA: Administração Escolar, pelo ISCSP) o entrevistado foi convidado a conversar sobre o subtema proposto. Começou por dizer que todos os pedidos de subsídios que lhe chegam à secretária exibem já o deferimento da Segurança Social, que mune os pais e encarregados de educação de um documento a enviar à DREL (Direção Regional de Educação de Lisboa) que, por sua vez, liberta a verba para as escolas que a torna disponível à atribuição dos subsídios. Ressaltou, também, que os processos de pedido de subsídio ficam em posse da escola. Estes subsídios são canalizados pelo SASE, para os diferentes espaços que o aluno vai utilizar, a saber: cantina escolar, bar e serviços de papelaria e reprografia da escola e livraria. Se nos primeiros espaços o

aluno está sujeito ao posicionamento escalonar de acordo com a legislação em vigor, (despacho nº 12284/2011), no que ao espaço livraria diz respeito, e no que concerne exclusivamente aos manuais escolares, o aluno tem de indicar ao SASE a livraria onde vai adquirir os seus manuais para a escola emitir uma requisição, no sentido de efetuar o pagamento. Pode, ainda, o aluno ser ressarcido da quantia em causa, após apresentação da fatura da livraria.

Resulta daqui que nem os encarregados de educação nem os alunos são alguma vez possuidores do valor pecuniário dos subsídios.

Depois de o entrevistado ter informado que a escola não faz reutilização de manuais escolares no quadro da escolaridade obrigatória, acrescentou que os pais e encarregados de educação não perguntam sobre esta mesma reutilização. Todavia, este ano letivo, dois deles quiseram saber se a escola já tinha adotado esta política. Neste contexto, e na sua opinião, os alunos subsidiados deveriam ser obrigados a deixar os manuais na escola, no fim de cada ano letivo, porque, efetivamente, foi a escola que fez a sua liquidação. Logo, deveriam pertencer ao seu acervo para poderem ser reutilizados por alunos também eles carenciados.

Como informação adicional, e já no fim da entrevista, referiu que, este ano, a percentagem de pedidos de subsídios é bem mais elevada, já que a situação económica e social está a deteriorar-se em grande velocidade e a coesão familiar está mais fragmentada. Estes cenários estão bem patentes nas atitudes dos alunos que, embora contra vontade, espelham as suas carências. É muito recorrente o pedido de auxílio.

Já para a entrevista semiestruturada, foram enviadas entrevistas para três diretores de escolas agrupadas, a saber: agrupamento de escolas D. João II, agrupamento de escolas de Santo Onofre, agrupamento Vertical de Escolas de Peniche; para dois diretores de escolas não agrupadas: escolas secundárias Rafael Bordalo Pinheiro e Raul Proença e para a diretora de um estabelecimento de ensino com contrato de associação (adiante será esclarecida esta terminologia), colégio Rainha Dona Leonor. As cinco repostas obtidas foram da diretora do agrupamento de escolas de Santo Onofre, com 11 escolas agregadas, que lecionam o ensino básico desde o 1.º ao 9.º ano de escolaridade, que estão inseridas num meio menos favorecido, em termos sociais e são escolas de periferia a sudoeste da cidade das Caldas da Rainha; dos diretores das escolas secundárias Rafael Bordalo Pinheiro e Raul Proença, escolas não agrupadas, ambas lecionam cursos regulares do ensino básico e secundário (desde o 7.º ao 12.º ano) e cursos profissionais (1.º, 2.º e 3.º ano – correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos, para melhor entendimento) consideradas escolas de cidade, com todas as

vicissitudes inerentes. Contudo, a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, devido à sua vertente profissional e tecnológica, é uma escola recetora de muitos alunos oriundos das regiões limítrofes (fora do concelho, inclusivamente), demonstrando alguma heterogeneidade cultural e social na sua população. Acresce a esta heterogeneidade o facto de ainda se lecionarem, nesta escola, cursos noturnos (CNO – Cursos Novas Oportunidades) e EFA (cursos de Educação e Formação de Adultos); da diretora do colégio Rainha Dona Leonor, que gentilmente aderiu a este repto, escola com contrato de associação (estabelecimento de parcerias entre o Ministério da Educação e Ciência e colégios particulares e cooperativas de ensino com a finalidade de repartirem esforços, sobretudo de carácter financeiro) que leciona o ensino básico regular e secundário regular, desde o 5.º ao 12.º ano. Todas estas escolas pertencem ao concelho das Caldas da Rainha, distrito de Leiria; finalmente, do diretor do agrupamento Vertical de Escolas de Peniche que, conhecedor deste trabalho, se prontificou a dar a sua contribuição de forma espontânea, que foi, aliás, muito bem aceite. De referir que este agrupamento tem no seu total 3 escolas, duas que lecionam o 1.º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano) e uma que leciona o 1.º, 2.º e 3.º ciclo, ou seja, desde o 1.º ao 9.º ano. Está enquadrado numa região predominantemente piscatória que distingue a população em termos económicos, culturais e religiosos, definindo, por sua vez, a população escolar deste agrupamento de escolas.

Saliente-se que, apesar da anuência, voluntarismo e disponibilidade dos entrevistados, o tempo reservado (2 a 3 semanas) para as respostas aos inquéritos enviados por correio eletrónico não correspondeu ao esperado, pelo que este facto funcionou como um ponto impeditivo do ritmo de trabalho de investigação. Todos os entrevistados foram previamente contactados telefonicamente a fim de lhes ser pedida a colaboração e de serem informados sobre os objetivos e conteúdos da entrevista. (Anexo 2). No entanto, para alguns deles, e devido aos afazeres inerentes à direção dos seus agrupamentos, das suas escolas não agrupadas e estabelecimento de ensino que tem contrato de associação, a resposta não foi dada de forma tão ágil quanto seria de esperar, pelo que o reenvio da entrevista por correio eletrónico e novo contacto telefónico solucionou esta questão, na generalidade. As respostas da entrevista foram enviadas e respondidas através do sistema acima referido.

Registe-se um constrangimento de peso: apesar de terem sido enviados todos os esforços no sentido de pedir a colaboração do diretor do agrupamento de escolas D. João II, não foi dada qualquer resposta à entrevista solicitada, postura que tem de ser compreendida e respeitada. No entanto, pelo número de escolas que lhe estão

agrupadas (22), as suas respostas seriam uma mais valia na grandeza deste trabalho de investigação.

Apresentam-se, de seguida, as respostas dadas às entrevistas.

À questão “Como é que o agrupamento que dirige faz a reutilização dos manuais escolares?”, registou-se que, neste processo, os diferentes diretores fizeram questão de envolver os alunos, professores, pais e encarregados de educação, incentivando aqueles a conservar os seus manuais, e estes a doar os mesmos que já não vão ser utilizados pelos seus educandos, às escolas, no final de cada ano letivo, para poderem ser usados por outros alunos. Todavia, uma escola não agrupada – Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro - não tem uma resposta assertiva sobre esta matéria, na medida em que este processo ainda se revela experimental e inovador, por ter sido introduzido apenas este ano letivo e direcionado para o 1.º ano dos cursos profissionais e só referente ao manual da disciplina de português. Saliente-se, também, um lamento vindo da escola não agrupada, escola secundária Raul Proença, que aponta como facto constrangedor a pouca mobilização para não se escrever nos manuais.

Quanto ao nível de ensino em que a reutilização foi implementada – questão número 2 - ela vai desde o 1.º ano do ensino básico até ao 12.º ano do ensino secundário regular e profissional, de acordo com os diferentes níveis de ensino que cada instituição escolar leciona e que já foram anteriormente identificados.

Já na 3.ª questão: “De acordo com os resultados obtidos com a sua experiência, é evidente a necessidade da reutilização de manuais escolares?” é unânime a opinião sobre a necessidade da reutilização dos manuais por parte dos diretores dos agrupamentos, escolas não agrupadas (mesmo que em algumas escolas – escolas secundárias Rafael Bordalo Pinheiro e Raul Proença - o processo seja ainda “incipiente” e “com resultados ainda pouco visíveis” para dar respostas concretas e mais cabais) e colégio Rainha Dona Leonor. Porém, o diretor do agrupamento Vertical das Escolas de Peniche lastima o facto de os Serviços de Ação Social Escolar (SASE) subsidiarem os manuais para alunos carenciados, o que fortalece a vontade da existência de manual próprio, pronto para ser escrito, ato para o qual os alunos se deveriam sentir cada vez menos motivados, na sua opinião: “Enquanto o processo de utilização não for alterado, isto é, nos livros não devia ser permitido responder a questionários, o processo de reutilização não terá sucesso.”

No que à gestão deste processo diz respeito, e analisando a questão n.º 4: “Enquanto diretor de agrupamento, teve, obviamente, de gerir o processo de reutilização de manuais escolares. Como foi feita a gestão?”, as bibliotecas e centros de recursos das escolas têm um papel decisivo, funcionando como sede de recolha e distribuição

dos manuais, na maioria das escolas agrupadas e não agrupadas, secundárias Rafael Bordalo Pinheiro e Raul Proença. Para o agrupamento Vertical das Escolas de Peniche, é a biblioteca da escola que recebe os manuais recolhidos pelos seus colaboradores. Depois, “consoante as carências, os alunos/famílias interessadas preenchem uma relação de necessidade. Recolhidas todas as necessidades, vamos graduá-las, com a consequente distribuição das existências... que podem não ser suficientes. O Professor de Educação Moral e Religiosa Católica é o gestor de projeto. Aqui, em Peniche, a Igreja é o ponto de encontro das famílias mais necessitadas e, assim, torna-se mais fácil satisfazer necessidades. Aqui, na escola os miúdos têm vergonha de pedir.” No agrupamento de escolas de Santo Onofre, a diretora deste agrupamento refere apenas que a gestão do processo já estava concluída aquando da sua tomada de posse como diretora do agrupamento, pelo que não participou nele. No colégio Rainha Dona Leonor, a diretora informou que “foi constituído um grupo de trabalho que inclui os serviços de psicologia, os diretores de turma e pais que se voluntariaram para participar”, na gestão de todo este processo.

À 5.ª questão: “Foi implementado um regulamento nas diferentes escolas para que essa reutilização seja eficaz?”, as diretoras do agrupamento de escolas de Santo Onofre e do colégio Rainha Dona Leonor não responderam. No que concerne ao outro agrupamento e escolas não agrupadas, a resposta dos diretores foi afirmativa, sendo que a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro indicou que foi “implementado um regulamento próprio com um protocolo entre o aluno e encarregado de educação”. No entanto, o diretor do agrupamento Vertical das Escolas de Peniche acrescenta que, apesar de existir um regulamento, ele “não é muito importante, porque, com os subsídios, a reutilização não é prioridade”.

Relativamente à questão: “Em termos gerais, como funciona o processo de reutilização?”, a diretora do agrupamento de escolas de Santo Onofre não deu resposta. Já a diretora do colégio Rainha Dona Leonor descreveu este processo: “A identificação dos diferentes casos é feita pelos diretores de turma que comunicam aos responsáveis pela gestão de todo o processo. Posteriormente, e de acordo com a disponibilidade de manuais existentes, estabelecem-se prioridades. Os manuais são emprestados por um ano, sendo devolvidos à escola no final deste período.” Quanto ao agrupamento Vertical das Escolas de Peniche, o processo é da responsabilidade da biblioteca da escola, que faz a recolha e distribuição dos manuais consoante as necessidades das famílias, pelo que, por vezes, a quantidade de manuais não é o suficiente para suprir as falhas existentes. A Escola Secundária Raul Proença organizou todo este processo a partir da criação de um banco de manuais já usados, mas ainda em boas condições de

utilização, que serão distribuídos pelos alunos, sendo que os que primeiramente têm direito a esse manual são os alunos que fizeram a entrega dos seus manuais ao banco, no ano transato. Logo de seguida, são contemplados “os alunos mais carenciados, aquando da sua renovação de matrícula.” A Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro rege o seu processo de reutilização através do estabelecimento de um protocolo de empréstimo de manuais escolares celebrado entre o diretor da escola e os alunos do 1.º ano dos Cursos Profissionais, representados pelo seu encarregado de educação, quando menores. Neste protocolo, o aluno tem conhecimento de que a escola é proprietária do manual da disciplina de português e que ele é emprestado para o ano letivo em questão. O aluno tem direito à sua utilização e sobre ele é aplicada uma caução que será restituída aquando da devolução do manual na última semana de aulas. O aluno é consciencializado sobre a preservação do manual, não podendo, por isso, escrever nele ou danificá-lo de alguma maneira. Caso se desrespeitem as cláusulas do regulamento do protocolo, o aluno terá de pagar o valor da diferença entre o valor da caução e o preço de um novo manual.

Numa outra questão, a 7.ª: “Após a caducidade da vigência dos manuais tem solução para os livros que já não se utilizam mais?”, o agrupamento de escolas de Santo Onofre e a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro espelharam as mesmas respostas: os manuais cuja vigência caducou são entregues aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O diretor do agrupamento Vertical das Escolas de Peniche vai ainda mais longe na sua resposta, quando especifica Timor e particularmente Moçambique, porque é lá que “apoiamos uma escola que construímos e, anualmente, no período do Natal, fazemos um peditório específico para funcionamento da mesma.” Outra é a solução apresentada pelo diretor da Escola Secundária Raul Proença e ela consiste na entrega daqueles manuais ao Banco Alimentar Contra a Fome por forma a serem trocados por alimentos.

Por último, e foi esta a 8.ª questão, os entrevistados foram questionados sobre o processo da reutilização dos manuais enquanto sinónimo de economia e equidade social para os alunos, nas escolas que dirigem. As declarações obtidas evidenciaram que este processo é sinónimo de economia e de equidade. Houve, contudo, diretores que complementaram as suas respostas com mais algumas considerações. Assim, o diretor do agrupamento Vertical das Escolas de Peniche remeteu a sua resposta para o relatório do Observatório de Recursos Educativos (janeiro 2011) cuja temática é: “Estudo sobre o impacto pedagógico, económico e cultural da implantação em Portugal de um sistema de empréstimo de manuais escolares”, que, sumariamente, aponta este sistema como algo a ponderar, devido, principalmente, à eventual diminuição do peso

económico nas bolsas do pais e encarregados de educação, mas, logo de seguida, indica um conjunto de razões apresentadas pelos livreiros e editores bem como pelo poder político/estado que deitam por terra a possibilidade de adotar a reutilização dos manuais. O diretor da Escola Secundária Raul Proença reforçou a sua posição ao dizer: “Positivamente que a reutilização de manuais é sinónimo de equidade social como também um dever ecológico, responsabilizando para a cidadania.” Já o diretor da Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro foi assertivo no que concerne à perspetiva económica, todavia, mostrou-se cético quanto à equidade social, uma vez que essa equidade é viável em teoria, mas “na prática é duvidoso”. A diretora do colégio Rainha Dona Leonor justificou a sua posição, dizendo que a reutilização dos manuais “permite uma racional utilização dos recursos, evitando o desperdício e possibilita a todos o acesso aos materiais indispensáveis para a realização de um trabalho bem sucedido”.

Chegada a estes resultados, pode-se concluir que a reutilização dos manuais escolares é uma prática efetiva num razoável número de estabelecimentos de ensino, apresenta uma estrutura já bem organizada e consolidada – registe-se o papel preponderante dado aos alunos, pais e encarregados de educação, uma vez que são chamados a participar nesta ação, ora conservando, ora oferecendo os manuais, consciencializando-os para a necessidade de implementar e reforçar o sistema de reutilização de manuais, apesar da existência de alguns constrangimentos que não são, contudo, impedimento de as escolas continuarem com esta prática.

A consciência da realidade social, cada vez mais dura, que as escolas têm e com a qual convivem diariamente, impele-as, até eticamente, a adotar um conjunto de medidas no sentido de minorar estas acentuadas dissensões de carácter social, implicando, em parceria, instituições como as autarquias, as bibliotecas locais/municipais (não os casos verificados aqui, mas é um facto muito comum) e até a igreja paroquial da área da escola. Aqui, o recurso à instituição religiosa tem como função encapotar a realidade pobreza que os alunos pais e encarregados de educação teimam em encobrir aos demais elementos da sua comunidade – é a vergonha de se ser pobre.

Poder-se-á, então, concluir que os objetivos propostos para este trabalho de investigação foram cumpridos, a saber: i) fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares; ii) evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais; iii) consciencializar para o princípio de equidade.

3.5. Discussão da validade interna

De acordo com Manuela Malheiro Ferreira, (2008), a validade é uma forma de “validar”, confirmar, “medir” os resultados obtidos na pesquisa realizada. (Ferreira, 2008: 277). Ainda para esta mesma autora, “a validade diz respeito à correspondência entre os resultados e a realidade, isto é, à necessidade de garantir que estes traduzam a realidade estudada”. (Ferreira, 2008: 236). Esta afirmação é, de alguma forma, corroborada por Wright (2008:146-147), e citada por GAVE (Gabinete de Avaliação Educacional), quando dá o seu entendimento de validade: “a afirmação tanto da adequação do teste” (leia-se trabalho de investigação/estudo, no contexto presente) “e dos elementos que o constituem como da veracidade das classificações” (vulgo, resultados neste cenário) “e da sua interpretação” (GAVE - Formação de Classificadores, Doc. n.º 5 – 2012).

No sentido de desconstruir as definições acima transcritas, Luís Ricardo (2011) acrescenta que a validade, que é comumente dividida em interna e externa, e de acordo com Coutinho (2008), citado por Luís Ricardo (idem), e com Manuela Ferreira Malheiro (2008), a validade interna (Coutinho apelida-a de credibilidade) “tem a ver com a correspondente coerência entre as conclusões do estudo e a realidade.” (Ricardo, 2011). Para a validade externa, Luís Ricardo (idem) bem como Manuela Ferreira Malheiro (2008) comungam da ideia de que a validade externa é verificável pela generalização dos resultados de um estudo a aplicar a outro(s).

Estando estes conceitos clarificados no que diz respeito ao seu conteúdo, não o estão, no entanto, em termos de aplicabilidade, relativamente a este projeto de investigação exploratório, uma vez que a literatura consultada dá como inexistente um projeto/trabalho de investigação deste teor realizado em Portugal. Daí, a necessidade de recorrer a exemplos de estudos efetuados no estrangeiro que têm dois objetivos: i) informar sobre a viabilidade da reutilização de manuais escolares com o exemplo do país vizinho; ii) validar este trabalho de investigação.

O relatório do Observatório dos Recursos Educativos, (janeiro 2011) já anteriormente explorado em termos de conteúdo, vem dizer que a reutilização de manuais escolares é possível e viável no sistema educativo espanhol, nas modalidades: “ajudas directas, mais ou menos extensivas, e o de empréstimo” (ORE, 2011:4), independentemente das províncias autónomas daquele país. Como exemplo desta completa viabilidade, apresenta-se o caso de Marinaleda, um município de Espanha, na província de Sevilha, da comunidade autónoma de Andaluzia, que faz a reutilização dos

manuals escolares em todos os níveis de ensino, desde o infantil até ao fim do ensino secundário, com uma estrutura bem organizada. O município contribui com uma propina mensal de 15€ (à época do visionamento deste programa televisivo “Grande Reportagem”, transmitido na SIC, em 08-04-2012, subordinado ao tema *A terra é de todos*) e o seu alcaide, Juan Manuel Gordillo Sánchez, faz a gestão dessa quantia por forma a que os encarregados de educação não tenham de desembolsar mais valores pecuniários para a educação dos seus educandos.

São, portanto, os governos autonómicos das diferentes províncias espanholas, através dos seus “ayuntamientos”, que determinam a distribuição dos manuals, por “mecanismos institucionais com vista a assegurar o acesso generalizado aos livros escolares no cumprimento da coerência com o princípio da gratuidade do ensino (...)” (ORE), desde o ano 2000. Em termos gerais, acredita-se que os objetivos foram alcançados, sendo que os autores deste estudo se limitaram a concluir sobre os aspetos menos positivos a nível dos custos que as famílias ainda tiveram de suportar bem como a instabilidade financeira dos editores e livreiros. Os aspetos positivos não foram apresentados por omissão, decerto.

Um outro exemplo de que este sistema é bem viável vem da Holanda, de uma mãe emigrante portuguesa, que tem os seus filhos a estudar no norte naquele país, em Groningen, e que relata, na primeira pessoa, a sua experiência:

- Em primeiro lugar, os livros são gratuitos. São entregues a cada aluno no início do ano letivo, com um autocolante que atesta o estado do livro. Pode ser novo ou já ter sido anteriormente usado por outros alunos. No final do ano, os livros são devolvidos à escola e de novo avaliados quanto ao seu estado. Se por qualquer razão foram entregues em bom estado e devolvidos já muito mal tratados, o aluno poderá ter de pagá-los, no todo ou em parte.

Todos os anos, os cadernos que não foram terminados voltam a ser usados até ao fim. O contrário é, inclusivamente, muito mal visto. Os alunos são estimulados a reusar os materiais. Nas disciplinas tecnológicas e de artes, são fornecidos livros para desenho, de capa dura, que deverão ser usados ao longo de todo o ciclo (cinco anos).

Obviamente que as lojas estão, a partir de julho/agosto, inundadas de artigos apelativos, mas, nas escolas, a política é a de poupar e aproveitar ao máximo. Se, por qualquer razão, é necessário algum material mais caro (calculadora, compasso, por exemplo), há um sistema (dinamizado por pais e professores, ou alunos mais velhos) que permite o empréstimo ou a doação, consoante a natureza do produto.

Ao longo do ano, os alunos têm de ler obrigatoriamente vários livros. Nenhum é comprador, porque a escola empresta ou simplesmente são requisitados numa das bibliotecas da cidade, todas ligadas em rede para facilitar as devoluções, por exemplo. Aliás, todas as crianças vão à biblioteca, é um hábito muito valorizado.

Usar ou comprar o que quer que seja em segunda mão é uma atitude socialmente louvável, pelo que existem mil e uma opções. Não só se aprende desde cedo a poupar e a reutilizar, como a focar as atenções, sobretudo as dos mais pequenos, nas coisas realmente importantes. Regressar à escola é muito bom, para os miúdos, mas também para a famílias.- ³

Depois de mencionadas estas práticas de reutilização de manuais com sucesso, que fazem acreditar que a prática deste sistema é bem possível em Portugal, terá cabimento, nesta altura, avançar com uma proposta que, a partir das experiências recolhidas, tem como objetivo consolidar e reforçar a vontade da implementação da prática da reutilização dos manuais escolares. Ela vai no sentido de movimentar, porque não pressionar, o poder político para a elaboração de legislação que aponte para a obrigatoriedade da reutilização dos manuais escolares bem como para uma autonomia das escolas na orgânica de todo este processo. Tem, esta proposta, várias etapas que se passam a relatar:

Como primeira etapa, seria necessário que o governo legislasse sobre o tempo de vigência dos manuais. Aqui, as confederações e associações de pais bem como o Conselho Nacional de Educação têm uma ação importante na defesa deste ponto (quando este item foi pensado, ainda não tinha sido regulamentada, por decreto lei, a vigência de seis anos para os manuais escolares, pelo que esta etapa já se encontra em prática.).

A segunda aponta para a obrigação do poder político em legislar sobre o facto de as escolas puderem requisitar/comprar às editoras os manuais escolares, bem como regulamentar este processo a um custo reduzido. Para que este ponto se concretize, é necessário que o governo, no Orçamento de Estado, consagre uma quantia que averbará as escolas com fundos necessários para o pagamento dos manuais às editoras e livreiras.

No terceiro estágio, as editoras publicitam os seus manuais junto das escolas, usando as estratégias mais diversificadas e da sua responsabilidade.

³ Testemunho publicado no jornal "PÚBLICO", em 30-09-2011.

Como quarto ponto, caberia aos coordenadores das diferentes áreas disciplinares das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação auscultar as suas áreas, com a finalidade de procederem à seleção do manual a adotar; posteriormente, comunicariam esta decisão, ao diretor do agrupamento de escolas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação que, por sua vez, a transmitirá ao Ministério da Educação e Ciência.

Numa outra fase, a quinta, as editoras comprometer-se-iam a pôr à disposição das escolas os manuais selecionados, no 2.º período do ano letivo imediatamente anterior ao que corresponde à mudança de manual escolar, num espaço reservado pelos diretores das escolas, que funcionaria como depósito dos manuais.

Já na sexta fase, e no início do novo ano escolar (primeira semana/quinzena do mês de setembro), os coordenadores das áreas disciplinares, com a colaboração dos elementos da sua área, fariam o registo do número de alunos da respetiva disciplina/nível com o objetivo de requisitar o mesmo número de manuais. Aqui, a colaboração dos professores de informática seria imprescindível, na medida em que deveriam criar um programa informático /folha de cálculo para registo da presença e entrega dos manuais.

Na sétima etapa, a entrega dos manuais escolares aos alunos seria feita pelos professores que lecionam o nível, depois de coordenados pelo coordenador de área.

No que diz respeito ao passo oitavo, o manual seria entregue ao aluno a troco de uma caução a determinar pelo diretor e/ou conselho pedagógico, após proposta do diretor das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação.

No nono, a associação de pais das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação esclarece e responsabiliza os pais e encarregados de educação das diferentes escolas sobre esta modalidade, levando-os a assinar um termo de responsabilidade sobre o estado do manual, aquando da sua entrega.

Décimo item: no final do ano letivo, o aluno entregaria o manual e receberia o valor depositado. Caso o manual se encontre danificado, o aluno, pelo seu pai e/ou encarregado de educação teria de efetuar o pagamento da totalidade do manual.

No ponto número onze, o manual estaria pronto a ser reutilizado com as condições já descritas.

Por último, na décima segunda etapa, os diretores das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação

deveriam estabelecer um convénio/parceria com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), prioritariamente, e/ou com as empresas de reciclagem, no sentido de (re)reutilizar e reciclar, respetivamente, os manuais escolares já em fim de vida.

A maior parte das tarefas enumeradas nesta proposta seriam realizadas pelos professores que estariam ao serviço das escolas, sem componente letiva, os chamados horários zero, e se dedicariam, quase na totalidade, ao exercício destas funções. Assim, a posição do ORE (a recordar, Observatório dos Recursos Educativos): “O trabalho e demais encargos inerentes à logística do empréstimo são significativamente elevados. O eventual recurso a uma afectação supletiva de docentes para o funcionamento destes serviços acarretará também, necessariamente, prejuízos na qualidade do seu desempenho pedagógico” (ORE:9), poderá cair por terra, pois existiriam recursos humanos disponíveis, não sendo, por isso, necessário o seu recrutamento, e o “desempenho pedagógico” não seria afetado na sua qualidade.

Esta proposta, pretende ser tão somente um indicador de que é possível implementar este sistema, devidamente regulamentado. Para além disso, a introdução do sistema de reutilização de manuais escolares, com carácter obrigatório, pode ser um dos muitos sinais da autonomia das escolas de que tanto se fala e que tão indispensável é.

3.6. Dados Financeiros

Nunca esta problemática foi tão discutida, em termos de opinião pública, por ser tao premente, como nos dias de hoje, já que o fator económico está a ser cada vez mais determinante na vida dos cidadãos que recorrem a todos os meios possíveis para poder conjugar o verbo poupar. Ação que se torna quase impossível, quando se examinam as tabelas que registam os custos dos manuais escolares para escolaridade obrigatória, adotados para o ano letivo 2012/2013, em duas das escolas estudadas e localizadas em Caldas da Rainha:

	5.º ANO	6.º ANO
PORTUGUÊS		
Livro	17,29 €	18,74 €
Diálogos	7,26 €	6,16 €
Manual aluno	6,90 €	6,90 €
	31,45 € 31,45 €	31,80 € 31,80 €
INGLÊS		
Livro	17,18 €	17,34 €
Diálogos	7,12 €	7,11 €
Manual aluno	6,90 €	6,90 €
Gramática	19,90 €	16,50 €
Dicionário	13,30 €	0 €
	64,40 € 64,40 €	47,85 € 47,85 €
ESPANHOL		
Livro	20,01 €	20,00 €
Manual	7,39 €	6,89 €
	27,40 €	26,89 €
FRANCÊS		
Livro	15,55 €	16,26 €
Manual	7,00 €	7,09 €
	22,55 €	23,35 €
HISTÓR./GEOGRAFIA		
Livro	17,38 €	18,26 €
Perguntas	7,57 €	7,98 €
Manual	6,90 €	6,90 €
	31,85 € 31,85 €	33,14 € 33,14 €
MATEMÁTICA		
Livro	17,62 €	18,77 €
Cad. Atividades	5,53 €	7,53 €
Manual	6,90 €	6,90 €
Exerc./ Prep. Prova afer.	12,90 €	12,70 €
	42,95 € 42,95 €	45,90 € 45,90 €
CIÊNCIAS DA NATUR.		
Livro	17,63 €	18,52 €
Cad. Atividades	7,42 €	7,08 €
Manual	6,90 €	6,90 €
	31,95 € 31,95 €	32,50 € 32,50 €
ED VISUAL/TECNOLÓG.		
Livro 5.º e 6.º ano	16,94 € 16,94	
ED. MUSICAL		
Livro	16,94 €	
Caderno	5,51 €	
	22,45 € 22,45 €	
ED. FÍSICA		
Livro 5.º e 6.º ano	16,44 € 16,44 €	
Preparação Prova Final		
Português	0,00 €	12,70 €
Matemática	0,00 €	12,70 €
	0,00 €	25,40 € 25,40 €
TOTAL POR ALUNO:	258,43 €	216,59 €

	7.º ANO	8.º ANO	9.º ANO
PORTUGUÊS			
Livro	16,98 €	18,77 €	19,00 €
Caderno	7,12 €	6,93 €	7,55 €
Manual de diálogo	6,90 €	6,90 €	0,00 €
Caderno novo acordo	6,50 €	0,00 €	0,00 €
Gramática	15,90 €	15,90 €	0,00 €
	53,40 € 53,40 €	48,50 € 48,50 €	26,55 € 26,55 €
INGLÊS			
Livro	19,40 €	18,98 €	17,96 €
Diálogos	6,95 €	8,32 €	8,44 €
Manual aluno	6,90 €	0,00 €	0,00 €
Gramática	14,90 €	0,00 €	0,00 €
	48,15 € 48,15 €	27 € 27,00 €	26 € 26,00 €
FRANCÊS			
Livro	19,64 €	17,62 €	17,59 €
Manual	6,26 €	0,00 €	8,61 €
Manual de diálogo	6,90 €	0,00 €	0,00 €
Gramática 3.º ciclo	17,06 €	0,00 €	0,00 €
	49,86 €	17,62 €	26,20 € 26,20 €
HISTÓRIA			
Livro	20,72 €	18,85 €	18,53 €
Caderno do aluno	6,98 €	8,05 €	7,67 €
Manual	0,00 €	6,90 €	6,90 €
	27,70 € 27,70 €	33,80 € 33,14 €	33,10 € 33,10 €
GEOGRAFIA			
Livro	17,60 €	17,15 €	17,15 €
Cad. Atividades	6,95 €	7,95 €	7,15 €
Manual	6,90 €	0,00 €	0,00 €
Atlas escolar	16,20 €	0,00 €	0,00 €
	47,65 € 47,65 €	25,10 € 25,10 €	24,30 € 24,30 €
MATEMÁTICA			
Livro	20,34 €	18,67 €	19,08 €
Cad. Atividades	7,06 €	8,03 €	9,62 €
Manual	6,90 €	6,90 €	6,90 €
	34,30 € 34,30 €	33,60 € 33,60 €	35,60 € 35,60 €
FÍSICO – QUÍMICA			
Livro	21,41 €	16,02 €	17,83 €
Cad. Atividades	6,94 €	7,93 €	8,17 €
Manual	6,90 €	0,00 €	0,00 €
	35,25 €	23,95 €	26,00 € 26,00 €
CIÊNCIAS NATURAIS			
Livro	21,94 €	15,90 €	17,37 €
Caderno	6,06 €	7,90 €	7,53 €
Manual	6,90 €	6,90 €	6,90 €
	34,90 € 34,90 €	30,70 € 30,70 €	31,80 € 31,80 €
TIC			
Livro /Caderno			25,40 €
ED. VISUAL			
Livro do 7.º/8.º/9.º	20,14 € 20,14 €		
ED. FÍSICA			
Livro do 7.º/8.º/9.º	21,85 € 21,85 €		
ED. TECNOLÓGICA			
Livro	18,68 €		
Manual	5,77 €		
	24,45 € 24,45 €		
ED. MUSICAL			
Livro do 7.º/8.º/9.º	16,20 € 16,20 €		
TOTAL POR ALUNO:	227,19 €	122,54 €	150,80 €

Os valores aqui apresentados são meramente exemplificativos e não têm como objetivo comparar preços de manuais escolares entre escolas, tanto mais que não existem oscilações significativas entre elas, sejam elas estabelecimentos de ensino com contrato de associação, vulgo colégios, sejam elas estabelecimentos de ensino público. Conclui-se, outrossim, que os custos dos manuais escolares são elevados. Este é um cenário complicado, mesmo adverso, para um agregado familiar que aufera o salário mínimo e tenha à sua responsabilidade dois filhos em idade escolar, integrados no plano da escolaridade obrigatória.

É, talvez, pertinente perguntar, neste momento, sobre o papel dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) que, seguramente, têm a função de prestar o devido apoio financeiro aos alunos mais carenciados. Os subsídios a atribuir estão dependentes do rendimento do agregado familiar, confirmado e deferido pela Segurança Social, e são distribuídos aos alunos, depois de posicionados em escalões. Assim, um aluno inserido no escalão A vai receber a quantia de 158,60€ e um aluno a quem é atribuído o escalão B vai arrecadar a quantia de 79,30€ para a comparticipação exclusiva dos manuais escolares, já que lhes está reservada outra quantia para alimentação na cantina da escola e para material escolar a gastar na papelaria/loja da escola. Ora, se forem aplicados estes números aos alunos que frequentam o 7.º ano, o 8.º ano e o 9.º ano, no quadro da escolaridade obrigatória, no ano letivo de 2012/2013, na escola onde exerço as minhas funções letivas, a recordar, Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, obtêm-se os resultados imediatos, patentes nas tabelas que a seguir se apresentam:

7.º ANO									
Total de alunos	70	%	Custo do Est./Aluno	Custo do aluno	Somatório	Despesa Alunos	Despesa Estado	% Estado	Custo total
Alu. Subsidiados - Escalão A	20	28,57%	158,60 €	68,59 €	227,19 €	1.371,80 €	3.172,00€	19,94%	4.543,80 €
Alu. Subsidiados - Escalão B	16	22,85%	79,30 €	147,89 €	227,19 €	2.366,24 €	1.268,80€	7,98%	3.635,04 €
Alunos sem subsídio	34	48,58%	0,00 €	227,19 €	227,19 €	7.724,46 €	0,00 €	0,00%	7.724,46 €
Total de alunos	70	100,00%	227,19 €		15.903,30 €	11.462,50 €	4.440,80€	27,92%	15.903,30 €

8.º ANO									
Total de alunos	82	%	Custo Estad/Alun.	Custo aluno	Somatório	Despesa Alunos	Despesa Estado	% Estado	Custo total
Alu. Subsidiados - Escalão A	28	34,14%	122,54 €	0,00 €	122,54 €	0,00 €	3.431,12 €	34,14%	3.431,12 €
Alu. Subsidiados - Escalão B	20	24,39%	79,30 €	43,24 €	122,54 €	864,80 €	1.586,00 €	15,78%	2.450,80 €
Alunos sem subsídio	34	41,47%	0,00 €	122,54 €	122,54 €	4.166,36 €	0,00 €	0,00%	4.166,36 €
Total de alunos	82	100,00%	122,54 €		10.048,28 €	5.031,16 €	5.017,12 €	49,92%	10.048,28 €

9.º ANO									
Total de alunos	57	%	Custo Estad/Alun.	Custo aluno	Somatório	Despesa Alunos	Despesa Estado	% Estado	Custo total
Alu. Subsidiados - Escalão A	12		150,80 €	0,00 €	150,80 €	0,00 €	1.809,60 €	21,05%	1.809,60 €
Alu. Subsidiados - Escalão B	11		79,30 €	71,50 €	150,80 €	786,50 €	872,30 €	10,14%	1.658,80 €
Alunos sem subsídio	34		0,00 €	150,80 €	150,80 €	5.127,20 €	0,00 €	0,00%	5.127,20 €
Total de alunos	57		150,80 €		8.595,60 €	5.913,70 €	2.681,90 €	31,19%	8.595,60 €

Constata-se, pelo exposto, que o Estado tem uma despesa em participações de 12.139,82 €, o que corresponde a 35,13% da despesa total que é de 34.547,18€, em manuais escolares, no cômputo dos três anos de escolaridade, aqui evidenciados, num só ano letivo e apenas num estabelecimento de ensino. Estes gastos são todos os anos considerados a fundo perdido, pois, ano atrás de ano, o Estado desembolsa quantias astronómicas somente para participar manuais escolares. Este cenário seria bem diferente se existisse legislação adequada sobre a reutilização de manuais escolares para que os gastos com os mesmos fossem sinónimo de investimento, tanto a curto como a médio prazo.

Estes números têm tendência a agravar-se, e de forma persistente, devido à constante e galopante deterioração do tecido social português, como a precariedade do emprego, a expansão do desemprego e o aumento do número de casais que veem o seu emprego terminado de forma repentina e, em alguns casos, abrupta, o que, como consequência, origina uma maior procura de ajudas.

3.7. Discussão e justificação da análise efectuada dos dados

Constata-se que, no universo estudado, a reutilização dos manuais escolares começa a ser, se já não é, uma realidade, por iniciativa própria das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação e não tanto por iniciativa do poder político, ao contrário do que seria desejável. Uma vez mais, verifica-se que as escolas estão muito atentas às oscilações sociais dos seus utilizadores e a preocupação em salvaguardar a qualidade de vida escolar e a auto estima dos seus alunos é uma constante. Para esse fim, as escolas desdobram-se em (re)inventar as mais variadas estratégias e ações que perspetivem minorar as condições económicas e sociais de precariedade dos alunos, situação que tende a agravar-se neste cenário de crise.

A reutilização de manuais escolares é uma estratégia/ação que está, certamente, na linha da frente para combater parte das necessidades escolares dos alunos, munindo-os, simultânea e paralelamente, de atitudes e valores que poderão ser fortes ferramentas para a sua educação e cidadania, enquanto seres em crescimento e em formação.

Também ficou demonstrado que a prática da reutilização dos manuais escolares salta os muros da escola e intromete-se nas instituições religiosas e, como já referido, nas instituições municipais, como bibliotecas e câmaras municipais e juntas de freguesia. Como se pode ver, o sistema de reutilização de manuais escolares, ao contrário do expectável, não é um problema apenas das escolas, é já uma questão que envolve a comunidade, senão a sociedade no seu todo.

4. Resultados

4.1. Descrição dos resultados relativos a cada uma das questões ou hipóteses

De acordo com os resultados obtidos das entrevistas realizadas, (na sua totalidade 5, nas pessoas dos diretores de escolas agrupadas não agrupadas e escolas com contrato de associação) pode inferir-se que o grau de adesão ao sistema de reutilização dos manuais escolares é muito elevado, nomeadamente pela população

escolar que mais diretamente está envolvido no processo da educação. Ironicamente, são os pais e encarregados de educação quem mais se coíbe em questionar/inquirir a escola sobre a prática de um sistema de reutilização de manuais escolares. A razão para esta inibição pode residir não só no desconhecimento desta realidade, apesar de as escolas agrupadas (agrupamento de escolas de Santo Onofre, em Caldas da Rainha, e agrupamento Vertical de Escolas de Peniche, em Peniche), escolas não agrupadas (Escola Secundária Raul Proença e Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha) e escolas com contrato de associação (Colégio Rainha Dona Leonor, Caldas da Rainha) publicitarem o sistema nas suas páginas da internet, como também na necessidade de encapotar e encobrir situações menos positivas das suas condições económicas. Uma outra bem provável razão que pode levar os pais e encarregados de educação a não optarem pelo sistema de reutilização dos manuais escolares é a circunstância de eles procurarem o bem estar dos seus filhos/ educandos. Faz parte desse bem estar, o ter o seu próprio manual, o ter seu material de trabalho, ideia já incutida nos anos 40, 50 e 60 do século XX, da qual se torna difícil desvincular.

As experiências relatadas evidenciam que, apesar de todos os possíveis constrangimentos, a prática da reutilização dos manuais escolares é, efetivamente, sinónimo de redução de despesas para as famílias. A prová-lo, estão a adesão de cada vez mais escolas a este processo e as experiências de Marinaleda e da mãe portuguesa emigrante na Holanda.

E a reutilização de manuais escolares torna-se ainda mais premente quando se analisam os seus custos para os três anos de escolaridade obrigatória, (7.º, 8.º e 9.º) exibidos nas tabelas acima apresentadas, que constroem os pais e encarregados de educação na aquisição dos manuais escolares para os seus educandos.

Também para o Estado a eventual opção/decisão em regulamentar o sistema de reutilização dos manuais escolares, traria consequências positivas, pois os encargos que o Estado tem ao subsidiar manuais escolares para os alunos mais carenciados são pesados, como se regista nas tabelas anteriormente expostas. O valor deste subsídio poderia ser canalizado para outros campos bem mais prementes, e crescentemente preocupantes, como a alimentação e transportes escolares.

Já quanto à equidade social, é uma evidência que nas localidades acima referenciadas, ela é uma realidade. Não parece que a prática daquele sistema seja causador de diferenças sociais entre os alunos e/ou pais e encarregados de educação, uma vez que a instituição deste sistema gera comportamentos uniformizados e, portanto, a consciencialização visível de que alguns alunos têm mais necessidades do que outros não é vivenciada no coletivo.

Contudo, já o mesmo não se verifica no universo analisado. As coações de ordem pessoal, e fundamentalmente de ordem social, sentidas e exercidas sobre os alunos, pais e encarregados de educação fazem com que eles tenham uma atitude defensiva perante o sistema de reutilização de manuais escolares. Eventualmente, a regulamentação deste sistema poderá pôr um fim a esta atitude.

5. Conclusões

5.1. Discussão à luz da teoria, das implicações dos resultados e seu significado

Após esta investigação, constata-se que a reutilização dos manuais escolares na escolaridade obrigatória (e não só) é já uma realidade conseguida com o voluntarismo e boa vontade dos diretores das escolas agrupadas, escolas não agrupadas e estabelecimentos de ensino com contrato de associação. Ajudaria em muito a regulamentação de um sistema de reutilização de manuais. A ser regulamentado, este sistema traria benefícios a todos os participantes diretamente envolvidos no sistema educativo, a começar pelos alunos que experienciariam uma nova atitude de partilha e solidariedade; logo de seguida, pelos pais e encarregados de educação que veriam os seus encargos bem menos pesados e, com o pecúlio não gasto na compra dos manuais escolares, poderiam apostar em outros cenários educativos complementares para os seus educandos, como, por exemplo, em atividades extra curriculares; também pelos pais e encarregados de educação dos meios sociais mais desfavorecidos que poderiam ainda contar com a presença dos manuais escolares nas suas casas, usufruindo das informações de que eles são veículo, através dos seus educandos, uma vez que reutilizar manuais não é sinónimo de utilização de manuais só na escola, circunstância que contraria na totalidade a opinião da ORE - Observatório dos Recursos Educativos -, que destaca o facto de que os manuais escolares podem ser os únicos instrumentos a que os pais e encarregados de educação dos meios mais pobres poderão recorrer para se manterem ligados ao mundo; também para a escola este sistema poderia funcionar como uma mais valia, na medida em que promove atitudes e valores que fazem parte integrante da educação do ser humano que é o aluno, exercendo ainda mais o seu papel: educar ensinando.

Relativamente aos livreiros e editores, esta seria uma oportunidade para poderem evidenciar o seu poder criativo e inovador, através da criação de novos e inúmeros recursos escolares (que deviam não só estar presentes no acervo das bibliotecas escolares, facultando, assim, a consulta aos alunos, mas também poderiam ser adquiridos voluntariamente pelos pais e encarregados de educação) que funcionariam como complemento ao manual escolar, nunca anulando ou invalidando este último. Portanto, os investimentos dos livreiros e editores seriam continuados e não perderiam o seu poder comercial, porque não entrariam em falência. É, talvez, uma questão de reestruturação dos recursos já existentes e de adaptação às novas exigências do cidadão esclarecido, inserido numa sociedade do conhecimento e da informação, que sabe refletir e optar por aquilo que mais lhe convém, deixando, portanto, de se sentir, e estar, submetido a um poder que era, de alguma forma, inerente ao próprio cidadão, mas, ainda assim, algo inconsciente.

Daqui advém que a criação dos bancos de troca de manuais escolares tornou-se uma evidência cada vez em maior número, conforme atesta uma notícia num jornal diário:

- Nas últimas três semanas abriram 50 bancos de recolha e troca gratuita de livros escolares. No total são já 98, um crescimento que está para além das melhores estimativas do seu mentor, Henrique Trigueiros, e que se traduz na entrega de 10 mil livros só durante o mês de agosto. (...), com uma taxa de reutilização na ordem dos 15%. - ⁴

A adesão a este sistema de reutilização de manuais escolares é feita não só por pais e encarregados de educação carenciados e com poucos recursos, mas também por famílias não carenciadas que acreditam nesta política de trocas com todos os valores que lhe estão inerentes: equidade social, solidariedade e cidadania.

Mais uma vez a sociedade civil, através do seu voluntariado, dá respostas a falhas que deveriam ser colmatadas pelo poder político/Estado que se desvincula do seu papel de protetor do cidadão, patente no Artigo 9.º, da Constituição da República Portuguesa, no capítulo Tarefas fundamentais do Estado, na sua alínea d):

- Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; -

⁴-Jornal "Diário de Notícias", formato papel, pág.12, de 30 de agosto de 2012

Apesar da política de restrição económica, o atual governo segue as pegadas dos governos que o antecederam. O mesmo é dizer que a legislação referente ao sistema de empréstimo de manuais continua inativo e as tentativas para que a legislação seja aplicada não têm tido sucesso, porque “há quem defenda que tal sistema deixaria as editoras sem verba (ou motivação) para produzir novos materiais”, citando André Rito e Pedro Sousa Tavares (2012:12)⁵.

Esta é uma justificação pouco plausível, caindo mesmo na inverdade, pois os sistemas de reutilização e empréstimo de manuais estão já implementados (arriscar-se-ia a aplicação do termo enraizados), nas escolas, por sua responsabilidade, e na sociedade civil que se organiza voluntariamente e cria bancos de livros. No que concerne às editoras, e porque estão atentas às necessidades e exigências do mercado bem como às inovações da tecnologia, elas continuam a elaborar constantemente novos projetos e recursos para a aprendizagem, pondo em evidência a sua criatividade.

5.2. Sugestões para futuros trabalhos de investigação

É no contexto supra mencionado que, e com a prática deste novo conceito de reutilização de manuais escolares, eventualmente, as Ciências Sociais e as Ciências da Educação encontrarão campos de investigação, uma vez que teriam mais e novas matérias para os seus estudos.

Sujeito que foi este estudo à metodologia de investigação a Investigação Ação, ele permite que todas as portas fiquem abertas a futuras pesquisas bem mais aprofundadas e abalizadas, mas suscitadas por esta que agora aqui se apresenta.

Analisar o comportamento e atitude dos alunos, pais e encarregados de educação, e até das escolas elas próprias, enquanto comunidade, resultantes da prática da reutilização dos manuais escolares pode ser um assunto, um ponto de reflexão pertinente, sujeito a uma abordagem mais específica pelas Ciências da Educação.

Do mesmo modo, se podem aprofundar as particularidades que aquele sistema contém, capaz de intervir e implicar a mudança/transformação da mentalidade e modo de agir da sociedade, de forma indireta ou direta, e cabe à área das Ciências Sociais analisar, refletir e avaliar esta vertente.

⁵ Jornal “Diário de Notícias”, formato papel, pág. 12, de 30 de agosto de 2012

A pesquisa em causa pode, igualmente equacionar um outro item que se impõe. Considerando a novas tendências da tecnologia em constante e rápida evolução que se rege também pelo carácter ecológico, é questionável a existência de manuais escolares em suporte de papel, num futuro não muito longínquo.

As facilidades e oportunidades que aquele mundo oferece, são por demais aliciantes e atrativas, pelo que adaptar estas motivações à área escolar e colocá-las ao serviço do ensino e da aprendizagem, se impunha. Estando atentas a este fenómeno, as editoras e livreas não perderam a oportunidade e é já um hábito aquelas empresas presentear os professores com um CD-ROM ou DVD-ROM, por oposição à adoção do seu manual. Portanto, os manuais em suporte informático são já uma realidade e uma ótima ferramenta de trabalho para os professores, porque agiliza o seu trabalho em sala de aula.

Deduz-se, então, que, e com alguma ironia, as editoras e livreas são as primeiras entidades a implementar o uso do manual em suporte informático, não direccionado para a posse do aluno. Com certeza que, nos seus estudos de mercado, as editoras e livreas têm respostas quanto ao futuro do manual em suporte de papel. A aposta na sua produção, no momento presente, é uma realidade e não se vislumbra, na sua opinião, qualquer intenção de parar com este negócio. Esta informação foi obtida por um representante de uma editora de renome no mercado livreiro, quando questionado sobre se não estaria próximo o fim do uso do manual escolar em formato de papel. A assertividade da resposta fez entender que esta possível reconversão não é um assunto que se afigure preocupante por parte das editoras. Por certo, têm já as suas estratégias bem definidas para dar respostas a outras questões, como ferramentas virtuais que têm a função de complementar a informação contida no manual em suporte de papel. Refira-se, a título de exemplo, a existência da “Escola Virtual” que não é mais do que um conjunto de recursos de aprendizagem, alguns deles têm a possibilidade da interatividade, como recursos digitais e banco de questões, que estão disponíveis nas escolas. Para isto, basta aceder ao link/sítio respetivo e projetá-lo na sala de aula.

Contudo, dar a posse ao aluno do manual escolar em suporte informático é, por ventura, um sistema que pode não ter os resultados esperados. Isto, porque a utilização deste tipo de manual exige toda uma logística de apoio que o aluno, por vezes, não tem em sua casa, a começar pelo próprio computador pessoal e, quando o tem, mais o usa para seu entretenimento e diversão do que como ferramenta de trabalho. Depois, outra razão poderá residir no facto de este tipo de manual escolar não poder ser trabalhado/utilizado em qualquer espaço, já que necessita de uma fonte de energia que lhe esteja próxima.

Ao contrário, o manual escolar em suporte de papel torna-se mais hábil e ágil, na medida em que contraria os pontos referidos em cima, é de fácil transporte, em sala de aula, ele permite que o aluno tenha o seu tempo para a leitura e para a compreensão dos conteúdos a lecionar, porque cada um tem o seu manual (e não um computador) na sala de aula, seja ele dele próprio ou reutilizável.

Se é permitido particularizar, em parte, esta questão, e tendo em conta a experiência de lecionação assim como o contacto, ao longo de trinta anos, com os alunos do ensino secundário, nomeadamente, julga-se ser pertinente referir que uso adequado do manual em suporte informático por parte do aluno só será viável se ele tiver objetivos muito bem definidos em matéria de vida escolar. Caso contrário, instalar-se-á (ou aumentará) o desinteresse e a desmotivação da vida escolar: é que paralelamente ao uso do manual escolar em suporte informático, o aluno poderá aceder a outras informações totalmente descontextualizadas do assunto que se está a tratar no momento aula, bem mais apreciadas por ele.

No entanto, não se pode esquecer que consultar online outro tipo de informações de carácter suplementar e/ou complementar para orientar e aprofundar um estudo, uma investigação é um trabalho que é feito com agrado e com gosto pelos alunos. E com resultados bem positivos, registre-se.

Pelo exposto, apresenta-se aqui todo um conjunto de comportamentos bem diversificados de professores e alunos, suscitados pelo manual escolar, independentemente da qualidade do seu suporte. Estas condutas podiam merecer a atenção das disciplinas de Ciências Sociais e de Ciências da Educação e da Psicologia, com uma investigação mais específica.

Bibliografia

- ALMEIDA, José-Carlos Ferreira de, (2001) “Sociologia, problemas e práticas, n.º 37, pp. 175-176, www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n37/n37a09.pdf, consulta na internet em 03-07-2012.
- CABRAL, Villaverde, (2000) “O exercício da cidadania política em Portugal” in *Análise Social*, vol. XXXV (Verão), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2000, (nº154-155), pp 85-113, consulta na internet em 03-09-2012.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro, (2008) *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, 2ª edição, Lisboa, Universidade Aberta.
- COSTA, Cristina, ROCHA, Guida e ACÚRCIO, Mónica (2004/2005), “A Entrevista”, in *Mestrado em Educação-Área de especialização: Didática da Matemática, Metodologia da Investigação I.*, consulta na internet em 25-02-2012.
- COUTINHO, Clara P.; SOUSA, Adão; DIAS Anabela; BESSA Fátima; FERREIRA Mª José; VIEIRA Sandra, (2009) “Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas”, in *Psicologia, Educação e Cultura*, vol. XII, nº2, pp 355 a 367, consulta na internet em 03-07-2012
- FERNANDES, Arménio Martins, (2006) “A Investigação-acção como metodologia”, in *Projecto SER MAIS – Educação para a Sexualidade*, pp 70-75, Porto, Junho, consulta na internet em 10-07-2012
- FONSECA, Maria de Jesus, (1997) “Ciências da Educação e Filosofia da Educação”, publicado em Millenium on.line, nº 6, março, consulta na internet em 10-07-2012.
- GAVE, Gabinete de Avaliação Educativa, (2012) Documento nº5, Formação de Classificadores.

- GOMES, A.Rui (2006), “Stresse ocupacional e estratégias de confronto: desenvolvimento de um guião de entrevista para diferentes profissões”, p.45, Universidade do Minho.
http://downloads.artmed.com.br/public/P/POPE_Catherine/Pesquisa_Qualitativa_Na_Atencao_A_Saude/Liberado/Cap_01.pdf, consulta na internet em 10-02-2012.
- MANZINI, Eduardo José, “Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros”, in Dep.^{to} *Programa de Pós Graduação em Educação*, Unesp, Marília Apoio: CNPq, www.marilia.unesp.br/.../Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada, consulta na internet em 13-02-2012.
- NEVES, José Luis, (1996) “Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades”, in *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, V.1, nº 3, 2º sem./1996, consulta na internet em 2 de junho 2012.
- ORE, Observatório dos Recursos Educativos, (2011), *Estudo sobre o impacto pedagógico, económico e cultural da implantação em Portugal de um sistema de empréstimo de manuais escolares*, janeiro.
- POLÓNIO, Diogo Maria Matos, (1997) “Epistemologia das Ciências da Educação: A emergência de uma Ciência da Educação e o papel fundamental da Filosofia da Educação”, publicado em Millenium on.line, nº 6, consulta na internet em 10-07-2012.
- POP, Catherine; MAYS, Nicholas, (2008), Métodos Qualitativos na Pesquisa em Saúde, capítulo 1, pp11 a 18, in *Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde*, Brasil, Editora Artmed, 3ª edição, 2008, consulta na internet em 21-06-2012.
- REIS, Pedro, “Ciência e educação: que relação?” (2006), in *Interacções*, nº. 3 pp. 160-187, versão online, consulta na internet em 10-07-2012.
- RICARDO, Luís, (1990) “A investigação-ação: Natureza e Validade”, in *“Ensinar & Aprender”*, 2011, revisão do artigo: “Investigação-ação: Natureza e validade” de António Simões, publicado na *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIV, pp39-51 versão online, consultada em 13-06-2012.

- RITO, André e TAVARES, Pedro Sousa, (2012) “50 novos bancos de troca de manuais em 3 semanas” in *Diário de Notícias*, formato papel, pág. 12, de 30 de agosto de 2012.
- SIC, “A terra é de todos”, (2012) in *Grande Reportagem*, transmitida em 08-04-2012, www.com/39600434
- SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da, (2006), “O Princípio da Solidariedade”, www.rzconsultoria.com.br/resources/multimedia/files/1, consulta na internet em 03-09-2012.
- SILVA, Joaquim Fernando Pinto Gonçalves da, (2002) “Uma Investigação ação”, Dissertação de Mestrado em Educação, documento hipermédia, www.nautilus.fis.uc.pt , consulta na internet em 03-07-2012.
- SILVA, Jorge Pereira da, (2004) “Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania”, edição Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, maio, consulta na internet em 03-09-2012.
- TEIXEIRA, Paula, (2011) “Sistema de empréstimo continua por regulamentar”, Conselho Nacional de Educação, Parecer nº8/2011, de 23 de abril, consulta na internet em 03-09-2012.
- TRIVIÑOS, A. N. S., (1987) “Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros”, in *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas. www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf, consulta na internet em 13-02-2012.
- TURATO, Egberto Ribeiro, (2000) “Introdução à Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa- definição e Principais características”, in *Revista Portuguesa de Psicossomática* - Vol.2, nº1, jan/junho, pp 93-108, consulta na internet em 11-06-2012.

Outras referências:

“Desde que vivo na Holanda, terminou o pesadelo do regresso à escola”, in *Jornal Público*, 30-09-2011, versão online, consulta na internet em 26-04-2012.

Dicionário da Língua Portuguesa On-Line - Dicionário Priberam da Língua Portuguesa www.priberam.pt/dlpo/, consulta na internet em 03-09-2012.

ESTADO.ppt, economicstudents.wikispaces.com/file/view/, consulta na internet em 03-09-2012.

“Fiabilidade e Validade”, www2.mat.ua.pt/pessoais/ahall/TEA/valrel.pd, consulta na internet em 7-07-2012.

“Constituição da República Portuguesa”, www.parlamento.pt, consulta na internet em 30-08-2012.

ANEXO 1

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- GUIÃO

ENQUADRAMEN- TO DA ENTREVISTA NO ESTUDO DO CASO	<p>Quando se enveredou pela realização de uma entrevista como ferramenta de investigação foi com o objetivo de facilitar um entendimento mais profundo e completo da temática a abordar: reutilização de manuais escolares. A opção pela entrevista semiestruturada reside no facto de ela poder fornecer juízos abalizados, fiáveis e válidos do objeto a avaliar, podendo ser indicador de outros domínios de estudo que vão sendo complementadas por outras questões pontuais e inerentes às circunstâncias da entrevista (Manzini, 1990/1991, p. 154), citado por Eduardo José Manzini, oriundos dos dados obtidos daquela investigação caracterizadamente qualitativa, já que as suas técnicas de análise são mais sensíveis às “flutuações” e “dinâmicas” naturais do tema em estudo (Thoits, 1995), citado por A. Rui Gomes.</p> <p>Este tipo de entrevista permite fazer um levantamento de problemáticas sociais e coadjuvar a sua interpretação, como refere Triviños (1987, p. 146), citado por Eduardo José Manzini:</p> <p style="padding-left: 40px;">“-[...] favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”</p> <p>As linhas demarcadoras que sustentam a esta entrevista são perceber a realidade reutilização dos manuais escolares no ensino obrigatório bem como olhar para este fenómeno na sua vertente economicista e de equidade social.</p>
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA ENTREVISTA	<p>A entrevista vai recair sobre os diretores das escolas do agrupamento de escola da minha área de residência, com três objetivos dominantes:</p> <ul style="list-style-type: none">i) fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares;ii) evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais;

	iii) consciencializar para o princípio de equidade com a reutilização dos manuais escolares.
PLANEAMENTO DA ENTREVISTA	<p>No sentido de cumprir estas metas, foram elaboradas as oito questões que se seguem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como é que o agrupamento que dirige faz a reutilização manuais escolares? 2. A implementação foi feita no ensino básico e secundário regulares ou no ensino profissional ou em ambos? 3. De acordo com os resultados obtidos com a sua experiência, é evidente a necessidade da reutilização de manuais escolares? 4. Enquanto diretor de agrupamento, teve, obviamente, de gerir o processo de reutilização de manuais escolares. Como foi feita gestão? 5. Foi implementado um regulamento nas diferentes escolas para que essa reutilização seja eficaz? 6. Em termos gerais, como funciona o processo de reutilização? 7. Após a caducidade da vigência dos manuais tem solução para os livros que já não se utilizam mais? 8. Acha que a reutilização dos manuais escolares é sinónimo de economia e equidade social para os alunos da escola que dirige?
ENTREVISTADOS:	Diretores e/ou coordenadores das escolas do agrupamento de escola da minha área de residência.
MEIOS DE COMUNICAÇÃO:	Telefone e correio eletrónico.
TEMPO DA ENTREVISTA	20 minutos, aproximadamente.
PREPARAÇÃO DA ENTREVISTA	<p>Informar sobre os propósitos do entrevistador; Informar sobre os objetivos da entrevista; Fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares; Evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais; Consciencializar o princípio de equidade com a reutilização dos manuais escolares.</p>

Anexo 2

Formulário do questionário



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa

ENTREVISTA

Esta entrevista surge no contexto de um trabalho de investigação, inserido no Trabalho de Projeto subordinado ao tema “Escolaridade obrigatória: a reutilização dos manuais escolares”, com o objetivo de obter o grau de Mestre em MPA – Administração Pública – Especialização em Administração Escolar, pelo Instituto Superior acima referido.

Os objetivos desta entrevista são i) fazer o levantamento do processo da prática da reutilização dos manuais escolares; ii) evidenciar o papel economicista da reutilização dos manuais; iii) consciencializar para o princípio de equidade com a reutilização dos manuais escolares e pretende-se que sejam cumpridos através do seguinte questionário:

- 1- Como é que o agrupamento que dirige faz a reutilização manuais escolares?
- 2- A implementação foi feita no ensino básico e secundário regulares ou no ensino profissional ou em ambos?
- 3- De acordo com os resultados obtidos com a sua experiência, é evidente a necessidade da reutilização de manuais escolares?
- 4- Enquanto diretor de agrupamento, teve, obviamente, de gerir o processo de reutilização de manuais escolares. Como foi feita gestão?
- 5- Foi implementado um regulamento nas diferentes escolas para que essa reutilização seja eficaz?
- 6- Em termos gerais, como funciona o processo de reutilização?
- 7- Após a caducidade da vigência dos manuais tem solução para os livros que já não se utilizam mais?
- 8- Acha que a reutilização dos manuais escolares é sinónimo de economia e equidade social para os alunos da escola que dirige?

Grata pela colaboração e disponibilidade.
Helena Ferreira